



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 135

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 14

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Edson Strapasson 15

Dep. Valdir Rossoni 16

Dep. Péricles de Mello 18

Dep. Elio Rusch 19

Dep. Jocelito Canto 20

Dep. Antonio Belinati 20

Grande Expediente:

Sr. Álvaro Cabrini Júnior

Presidente do CREA 23

Horário das Lideranças:

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 16

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 21

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 27

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 29

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 31

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 34

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 37

Discussão/Votação

Redação Final 39

2ª Discussão 39

1ª Discussão 39

Requerimentos 44

Encerramento da Sessão 50

DIÁRIO Nº 135

125ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 125ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Carlos Simões, Edgar Bueno, Fábio

Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Pedro Ivo e Ribas Carli Filho (09).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 365/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Contenda-Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Contenda-Paraná.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pela escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Contenda, com a finalidade de proporcio-

nar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO Nº 366/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Araucária-Paraná.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Araucária-Paraná.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pela escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Araucária, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO Nº 367/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Xambrê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Xambrê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Xambrê.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 368/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Tapejara.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do

Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Tapejara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Tapejara.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 369/08**SÚMULA:**

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rondon.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Rondon.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Rondon.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 370/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de São Manoel do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de São Manoel do Paraná.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de São Manoel do Paraná.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 371/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Pérola.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Pérola.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Pérola.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concor-

rendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 372/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Nova Olímpia.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Nova Olímpia.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda

o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 373/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mariluz.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Mariluz.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Mariluz.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não

existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 374/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Jussara.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Jussara.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Jussara.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de

qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 375/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Janiópolis.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Janiópolis.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissio-

nal. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 376/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Japurá.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Japurá.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Japurá.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 377/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Iracema do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Iracema do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Iracema do Oeste.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, conside-

rando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 378/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Guaporema.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Guaporema.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Guaporema.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 379/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER,

ouvido o duto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Goioerê.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 380/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Formosa do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Formosa do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 381/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cruzeiro do Oeste.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cruzeiro do Oeste.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 382/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cidade Gaúcha.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cidade Gaúcha.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 383/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cambará.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município de Cambará.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Cambará.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não freqüentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que

quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 384/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município da Barra do Jacaré.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária da Educação, a doação de dois ônibus escolares ao município da Barra do Jacaré.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Presidente da Câmara Municipal da Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos fundamentos da República a cidadania, considerando a educação como elemento essencial para sua construção. Esse direito tão importante está garantido na Constituição como direito social fundamental, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança e outros (artigo 6º).

É assegurado o acesso de todos à educação (artigo 205, CF/88), sendo dever do estado e da família promover sua implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a vida, para o exercício da cidadania e para sua qualificação profissional. Trata-se a educação, portanto, em todos os seus níveis e modalidades, de direito subjetivo que deve ser assegurado pelo estado sempre que demandado.

Quando não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade, assim entendendo aquele que transporta o aluno com segurança e conforto, sem colocar em risco a sua integridade física.

Com relação à dificuldade de acesso aos estabelecimentos de ensino, a PNAD apontou que 14,7% das pessoas entre 7 a 14 anos não frequentam a escola por não existir escola perto de casa, por falta de vaga ou por falta de transporte escolar. A pesquisa registra a exclusão educacional a que estão sujeitos crianças e adolescentes de classes sociais mais baixas, uma vez que demonstra que quanto maior o nível de rendimento domiciliar *per capita* maior o nível de escolarização. Importante destacar ainda o reduzido número de matrículas nas zonas rurais, se comparado ao número das zonas urbanas, o que justificaria um maior aporte de recursos naquelas regiões geográficas.

Vimos, assim, que o transporte escolar figura como importante elemento para a garantia da Educação concorrendo para a aplicação de dois dos princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e permanência na escola e da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas.

Dessa forma é que peço o apoio de meus Pares para que seja aprovada esta indicação com a finalidade de propiciar, através dos ônibus escolares, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem neste município.

INDICAÇÃO Nº 385/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município da Lapa/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1 - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município da Lapa/PR.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município da Lapa, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

INDICAÇÃO Nº 386/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná e a Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mandirituba/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde - Secretária de Estado da Educação:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

1 - Solicita a doação de 01 (um) ônibus escolar para o município de Mandirituba/PR.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o transporte escolar figura como um importante elemento para a garantia da educação e para a aplicação de dois princípios do ensino: o da igualdade de condições de acesso e de permanência na escola e, o da gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, o que não se reduz à não cobrança de taxas pelas escolas. Deste modo, não é possível garantir a escola próxima da residência do estudante, o que seria a situação ideal, o poder público deve ofertar transporte escolar gratuito e de qualidade.

Assim, sugerimos a doação do ônibus escolar ao município de Mandirituba, com a finalidade de proporcionar, através do transporte escolar, o acesso à educação das crianças e adolescentes que residem nesta cidade.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Pares para que seja aprovada esta indicação.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3204

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 201/08, item 10 da presente Sessão Ordinária, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 3205

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 180/08, item 09 da presente Sessão Ordinária, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 491/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o CIS-VIR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, com sede no município na comarca de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

CISVIR - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região, fundado em 22/01/96, têm por finalidade oferecer consultas médicas especializadas nas mais variadas modalidades.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade nos municípios que integram a sua área de abrangência, ampliando seu trabalho aos habitantes da região a que se destina prestar consultas médicas especializadas e psicossociais, tratando-se de um serviço de sublime importância para a sociedade local, com êxito comprovadamente alcançando em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 023.549.549-21, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 492/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã - ACEI.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural e Esportiva de Ibiporã - ACEI, foi fundada em 11/02/62, na cidade de Ibiporã, neste estado do Paraná, e trata-se de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Ibiporã, organizada para a finalidade

de promover o desenvolvimento cultural e a difusão de práticas educativas na comunidade, proporcionando pelos meios a seu alcance iniciativas de caráter cultural e artístico.

Além disso, propõe incentivar a prática da cultura física e todas as modalidades esportivas a seu alcance visando o aprimoramento físico da juventude pública em cooperação com as autoridades assistenciais e beneficentes.

Tem sede e administração à rua Francisco Loures Salinet, 654, naquela cidade, e regularmente inscrita no CNPJ 76.321.876/0001-00.

Já é considerada de utilidade pública municipal, pela Lei nº 622/79 de 03/12/79.

Assim peço apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente lei.

PROJETO DE LEI Nº 493/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Residência de Engenharia e Arquitetura.

Parágrafo Único. O programa objetiva dar condições aos formados das universidades estaduais, proporcionando a oportunidade, ao atuar como residentes, obter especialização em projetos de cunho social, como da COHAPAR e de entidades filantrópicas.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo criar o Programa Estadual de Residência de Engenharia e Arquitetura, proporcionando aos formados das universidades estaduais, ao atuar como residentes, obter especialização em projetos de cunho social, como da COHAPAR e de entidades filantrópicas.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

Queremos dar as boas vindas a todos os representantes do CREA aqui presentes e comunicar os Srs. Deputados que o Grande Expediente hoje será utilizado pelo Dr. Álvaro Cabrini Júnior, Presidente do CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Quero, nesta tarde, ocupar a tribuna desta Casa, com muita satisfação, em ter no Grande Expediente de hoje uma apresentação do Presidente, Álvaro José Cabrini, nosso Presidente do CREA, órgão que tenho a satisfação de poder fazer parte, e comemorar também a presença dos nossos colegas de classe que participam do Encontro Paranaense das Entidades de Classe. Dizer que o CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em todos os momentos importantes participou ativamente dando a sua contribuição. Eu me recordo quando o embate da discussão no tema da COPEL o CREA serviu de base para que todos os nossos Deputados, Parlamentares que naquela oportunidade defendiam a venda ou não da COPEL, o CREA nos deu a sustentação técnica necessária para que, de uma forma clara e transparente, pudéssemos debater com toda sociedade paranaense a importância que tinha manter a COPEL nas mãos do Poder Público. É evidente que o CREA tem, a cada dia, a cada momento, se colocado à disposição.

Eu tive a oportunidade de estar também com nosso Presidente Cabrini, colocando a ele a importância de fazermos, em termos permanentes, do CREA um órgão de apoio e informação, um órgão que possa através de um termo de cooperação, e ele me dizia, no almoço, que não há necessidade de um termo de cooperação, porque o CREA sempre esteve à disposição para contribuir com o Governo do Estado do Paraná e principalmente com toda sociedade, no sentido de colaborar para que tenhamos, na condução do Governo do Paraná, sempre em primeiro plano o planejamento, a ação coordenada e principalmente o controle de medição, o controle tecnológico das obras públicas que realiza o Governo, para que tenhamos a segurança daqueles que a utilizam.

É evidente que é muito importante, e eu colocava há pouco, como Vice-Presidente da Comissão de Obras Públicas desta Casa, onde temos como Presidente o Deputado Marcelo Rangel e também, em contato com o Sr. Presidente do CREA, Cabrini, estabeleceu um diálogo para que possamos ter, através do CREA, um canal de comunicação, de vistoria. Porque imagino que muitas vezes um tema aqui abordado, Deputado Marcelo Rangel, com relação à qualidade da realização de alguns serviços de obras públicas por parte do Governo, possa, em prazo de poucas horas, receber uma vistoria, em tempo real ter o repasse de todas as informações a esta Casa, para que através dessa vistoria, desse relatório realizado pelo CREA, possamos dar mais agilidade, mais economicidade ao nosso trabalho como Deputado Estadual. É nesse sentido que o CREA tem sido importante.

Creio que hoje à tarde, aqui, a presença do Presi-

dente do CREA expando claramente a sua disposição, com toda a sua equipe, de colaborar com esta Casa, de colaborar com o Governo, como já vem colaborando com diversos termos de parceria e convênio, tenho certeza que somente assim podemos comemorar no estado do Paraná, não somente obras com custos adequados, mas principalmente, Sr. Presidente, obras que tenham a qualidade e a segurança que todos os paranaenses merecem e precisam.

Nesse sentido que queremos abordar esse tema e dizer da satisfação que temos aqui nesta Casa, juntamente com outros Parlamentares que compõem o CREA, como o Deputado, que é engenheiro agrônomo, Augustinho Zucchi, o Deputado Pércles e o Deputado Elton Welter, como técnico agrícola, e compõem o CREA. É evidente que a nossa presença aqui é no sentido de estabelecer, efetivamente, uma parceria firme para que possamos realizar, juntamente com o Tribunal de Contas, com o Governo, uma melhoria da qualidade geral e sempre em defesa do cidadão.

Obrigado pela oportunidade. Seja bem-vindo, Cabrini, e que tenhamos aqui um espaço de trabalho e de avanços sociais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus caros visitantes.

Faria esse meu pronunciamento na segunda-feira, mas até como uma forma de demonstrar o respeito e a importância que tem aqui o CREA, hoje, na nossa Casa, porque recebi a visita, conversamos longamente e isso para nós é importante, é uma ligação com a sociedade paranaense. Mas subo à tribuna para que possamos refletir um pouquinho sobre o que estamos vivendo no mundo, no Brasil e no Paraná.

Todos nós devemos estar acompanhando os noticiários, a grave crise que assola a economia mundial. O Brasil sente os primeiros reflexos dessa crise. Começou essa crise como uma marolinha. Nós já não sabemos mais se é uma marolinha ou é uma tsunami. Mas não quero nem entrar nesta questão da economia mundial, mas vejam, Srs. Deputados, a diferença que existe entre o Paraná e o estado de São Paulo. Enquanto o Governo Federal, Deputado Welter, V. Exa. que é do PT, Governo Federal procura encontrar alternativas para o Brasil não entrar em recessão, todo dia vemos o Ministro Mantega, o Ministro do Banco Central, o Ministro da Agricultura procurando medidas para a economia nacional.

O que acontece com o nosso estado? Não sei se o Paraná está se tornando uma ilha dentro do Brasil, ou estou equivocado no que penso.

Ontem vi o Governador de São Paulo, José Serra, anunciando medidas de apoio às empresas de São Paulo para que não caia a produção para dar incentivo ao consumo, porque também o Governador de São Paulo percebe que a situação pode se agravar ainda mais na economia do nosso país. E aí quero chegar no Paraná.

Vejam o que acontece no Paraná, caros Deputados: enquanto o Presidente da República, o Governo Federal, toma medidas para socorrer a economia, devido a uma crise mundial, enquanto o Governador de São Paulo, o Governador de Minas Gerais tomaram medidas que vão ao encontro das medidas que o Governo Federal está tomando para socorrer a economia, aqui no nosso estado parece que não tem crise. Enquanto São Paulo discute o socorro para sua economia, o Paraná vai na contramão na história, vai na contramão dos acontecimentos. Como diz o ditado, navega contra as ondas e contra o vento. Nós estamos, aqui no estado do Paraná, discutindo uma mini-reforma tributária, falando em aumentar impostos para o povo paranaense. Está certo São Paulo, ou está certo o Paraná?

Será que o Deputado Valdir Rossoni, só por ser da Oposição, está fazendo críticas ao Governo do Paraná, ou está fazendo um alerta aos Parlamentares do Governo, para que cheguem ao Governador e digam: está no momento do equilíbrio, está no momento de raciocinar.

Tenho um netinho de três anos e meio e ele diz: “Vovô, raciocina”! Quero dizer ao Governador Roberto Requião, através do Líder do Governo: “Governador, raciocina!” O momento que estamos vivendo não é de discutir reforma tributária, não é de aumentar impostos. O momento é de socorrer a economia do nosso estado!

Acessava a internet, aqui, e a Caixa Econômica anuncia mais um socorro à economia do Brasil. O que aconteceu no nosso estado nos últimos 30 dias? Parece que nada aconteceu. Nada, nada! A não ser a viagem do Governador.

Passa a usar o horário da Liderança do PSDB

Quero aproveitar, hoje, temos a presença, honrosamente, na nossa Casa, de formadores de opinião. Não está me ouvindo o Líder do Governo, mas me ouvem ilustres Parlamentares que fazem base de apoio ao Governador Roberto Requião. Raciocina! Vamos pedir para o Governador, vamos discutir a crise, vamos socorrer nossas empresas, vamos ver como poderemos continuar produzindo e gerando empregos. Porque não é com reforma tributária, com mini-reforma tributária e vendendo para a opinião pública - e o pior - vendendo para a opinião pública que vão diminuir alguns impostos e vão aumentar outros.

Ora! Qualquer matemático, qualquer pessoa que tem um pouco de conhecimento da economia sabe que aumentar impostos da energia elétrica, este imposto chega a sua casa no mês seguinte, 2% da alíquota de

ICMS. Nós pagamos, hoje, 27; vai para 29. Se fizermos um cálculo, só na energia elétrica, em impostos, é 7%. Mais de 7%.

Não sei se estou errado, se São Paulo está errado, e só o Governo do Paraná está certo. Porque enquanto os outros estados e o Governo Federal procuram amenizar a crise que assola nosso país, o nosso Governo discute aumento de impostos.

Faço aqui um apelo ao Líder do Governo, Deputado Romanelli, que deve estar me ouvindo do seu gabinete, para que leve esta preocupação ao Governador Requião e que reflita sobre o momento da economia brasileira, sobre a situação que estamos entrando de recessão, e certamente não é o momento de estarmos discutindo aqui aumento de impostos. Seria muito importante que esta Casa fosse ocupada para procurar soluções para a nossa economia, porque não somos uma ilha que ficaremos isolados desta crise que está assolando o nosso país e o mundo. Todos estão percebendo o que está acontecendo.

Eu faço esse alerta, tenho essa preocupação, espero que o Governador não reflita o que eu estou dizendo como se estivesse falando aqui mal do Governo, eu só acho que o Governo tem que ter a visão de trabalhar com o assunto do momento, preparar o dia de amanhã. Como será o amanhã do nosso estado? Ora, há quanto tempo o estado não vive um bom momento? Eu poderia fazer uma pergunta aqui neste momento, alguém de nós aqui lembra qual é o grande projeto que está sendo executado neste estado hoje? Qual é o grande projeto voltado, Deputado Welter, eu estou me dirigindo a V. Exa. pelo respeito que tenho, mas me dirijo para fazer uma pergunta: todos os Governos que passaram, até o Governo Jaime Lerner que foi classificado como um Governo urbanista, tinha um programa voltado para a agricultura que se denominava Paraná Doze Meses; os outros Governos, você lembra, tinha o Paraná Rural, tinha programas voltados para a agricultura, e eu pergunto: qual é o programa que nós temos voltado para agricultura do Governo do Paraná? Não adianta ir de carona no Governo Federal!

Outra questão: qual é a grande empresa que se instalou no Paraná nos últimos cinco anos? A não ser empresas que saíram do Paraná por falta de política, de atração e de geração de emprego. Não tem! Você vai lembrar desse Governo por sempre estar andando na contramão, e novamente ele está andando na contramão.

Enquanto o Governo Federal age para socorrer a economia do país, enquanto os Governos Estaduais, que são vizinhos do Paraná, socorrem a sua economia, nós paranaenses estamos aqui discutindo aumento de impostos. Salvo um grande equívoco, acho que chegou a hora do Governador refletir sobre o momento que estamos vivendo. Os Deputados da base do Governo têm mais responsabilidade do que os Deputados de Oposição, e têm que dar uma sinalização muito firme

para o Governo. Não vamos votar a reforma tributária, não vamos tratar desse assunto, por mais que tenha uma boa justificativa. O momento é de fazermos o que estão fazendo no mundo, o que estão fazendo no Brasil, o que estão fazendo em São Paulo, o que está fazendo o Aécio Neves em Minas Gerais.

O Governador do Paraná, certamente, ao ouvir o nosso pronunciamento, tenho certeza que tem muitos Parlamentares aqui do Governo entendendo o que eu estou falando e vão levar essa preocupação ao Governador do Paraná, e a partir da próxima semana nós vamos, ao invés de colocar a mão no bolso dos paranaenses, vamos discutir aqui uma política para ajudar, para que a nossa economia não sofra ainda mais com a situação e a crise que chega ao nosso país.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, na verdade V. Exa. traz à tona, dessa tribuna, um assunto que foi pouco discutido hoje pela imprensa paranaense, que é efetivamente de que maneira que os estados podem ajudar a superar essa crise. E o alerta que a Oposição tem feito nesta Casa, desde o início do debate da mini-reforma, é justamente esse, da oportunidade e dos termos dessa reforma, porque a oportunidade não é essa.

Na verdade, eu iria complementar a vossa citação em relação a São Paulo e citar que o estado de Minas Gerais que, já que não pode ajudar, está contribuindo dilatando o prazo do pagamento do ICMS, a exemplo do que fez o Governo Federal, atendendo uma reivindicação da Confederação Nacional das Indústrias, também postergando. Por quê? Porque a crise internacional, certamente, já está afetando o nosso país e o nosso estado em cima de crédito. Crédito afeta as relações de consumo. O imposto estadual é basicamente em cima das relações de consumo. Se não podemos abrir mão desse imposto, pelo menos vamos dilatar o pagamento. É uma medida inteligente que também o Governador Aécio Neves tomou, na tarde de ontem.

Era, na verdade, a contribuição que queria fazer. Parabéns pelo vosso pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, Deputado Reni.

Vamos imaginar aqui uma agroindústria. Ela vai receber o aumento no telefone, na energia elétrica e no combustível, que é a gasolina. Você acredita que essa empresa, essa indústria ou essa agroindústria, não vai jogar esses custos no preço do produto? É lógico que vai! Quem vai comprar o produto? Quem vai comprar o produto é o povo, que eles dizem estar favorecendo com essa reforma tributária. Olha, o momento é inoportuno! Desculpe-me o Governador. Vamos tratar de questões interessantes para a nossa economia, porque vivemos um momento de extrema dificuldade.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte. Estou ouvindo atentamente seu pronunciamento acerca da crise mundial que afeta o país e, naturalmente, afeta os estados. O Governo brasileiro está fazendo seu dever de casa, tomando a precaução, disponibilizando crédito para o Banco do Brasil, Caixa Econômica, fazendo o possível para que os impactos sejam os menores possíveis. Como dirigente partidário que sou, e como Deputado, se tiver que fazer dilação do ICMS, o estado também adotará essas medidas.

V. Exa. também perguntou de algum programa que impacta no estado e vou elencar alguns.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só gostaria que o aparte fosse breve, porque estou quase concluindo meu pronunciamento.

O Sr. Elton Welter (PT)

Vai ser breve.

Quando assumiu o Governo do Estado, eu ajudei na eleição por duas vezes deste Governo, tem um programa que atende às famílias carentes na área da energia, que é de graça para quem consome até 100 quilowatts, que é o Luz Fraterna. Este programa atende muita gente. A energia é uma coisa fundamental para cada família. A água também tem um programa que atende mais de 350 mil famílias, próximo a 1 milhão de pessoas, com a tarifa social da água. Na área da agricultura, o Governo atual criou o Programa Trator Solidário que, agora, se estendeu para todos equipamentos da agricultura familiar.

Nunca o Banco do Brasil disponibilizou tanto dinheiro do PRONAF. Hoje, a equivalência é em milho. O produtor paga em milho. Aliás, foi estendido para todos os produtos, inclusive a mandioca, o leite, que vai ser regulamentado nos próximos dias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Tenho 22 segundos...

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Só para finalizar, 20 segundos. O Governo do Estado, no começo do Governo, estendeu a isenção do ICMS para as pequenas empresas com faturamento até R\$ 350 mil, inclusive V. Exa. reconheceu como um bom programa, que atende...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Peço a V. Exa. que conclua em um minuto, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço, porque o aparte do Deputado Welter foi um pouquinho... Poderia usar a tribuna e até fazer a defesa desses programas, porque seria importante. Até hoje estou procurando a "irrigação da madrugada" e não

encontro no Paraná. É um programa que foi lançado pelo Governador Requião e tenho muita dificuldade em encontrar.

Concluo meu pronunciamento, e V. Exas. devem estar percebendo a dificuldade que tenho. Quando falei aqui foi em relação a um programa da Secretaria da Agricultura. Eu não falei em Banco do Brasil, não falei nada. Talvez tenha sido mal compreendido pelo Deputado Welter. Cumprimento o Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os membros do CREA e dizer que nos sentimos honrados com a presença dos senhores aqui.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero fazer uma saudação a todos os profissionais que representam o CREA, neste momento, e que nos visitaram nesta manhã, passam o dia conosco, visitaram os nossos gabinetes. Isso é uma honra, o CREA dá um exemplo para a sociedade civil ao participar de forma estruturada, organizada, buscando trazer benefícios públicos a todos os paranaenses. Um órgão de larga tradição no país, do qual todos nós temos orgulho. Sou engenheiro civil, assim como o Deputado Strapasson, o Deputado Augustinho Zucchi, que é agrônomo, sabemos da importância para a nossa profissão, para a nossa história de vida, para a nossa carreira, um órgão como o CREA, e também para as associações de engenheiros, arquitetos e demais profissionais que integram o CREA que estão aqui presentes, através das suas representações e de seus dirigentes.

Quero cumprimentar o engenheiro Álvaro José C. Júnior, que foi reeleito, uma figura das mais respeitadas no Paraná, e através dele cumprimentar todos os demais profissionais que estão aqui.

A carta que chegou a todos os Deputados mostra a forma de atuação do Conselho Regional e da Associação de Engenheiros, nos trouxeram projetos de lei assinados pelos mais diversos Parlamentares. Nessa carta constam 10 projetos da mais alta importância, Parlamentares dos diversos partidos, temos aqui o projeto da Deputada Luciana Rafagnin, do PT, que intitula o Programa Estadual de Recuperação e Proteção de Minas Naturais de Água; temos o projeto do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre o descarte de pilha, lâmpadas fluorescentes e lixo comercial; projeto do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que é um dos baluartes da questão ambiental, já foi Secretário do Meio Ambiente; temos dois projetos do Deputado Eduardo Cheida obrigando as empresas potencialmente poluidoras a contratar pelo menos um respon-

sável técnico ambiental; uma série de projetos através da agenda parlamentar. É um exemplo de organização da cidade paranaense.

Eu, particularmente, na minha vida em Ponta Grossa, professor de universidade, recebi hoje representantes da Associação dos Engenheiros e sei o papel fundamental que tem essa entidade, não só em Ponta Grossa, mas em toda a região dos Campos Gerais, uma entidade que amadurece a cada ano, se democratiza, os mais diferentes segmentos dos engenheiros e demais profissionais que participam dessa entidade, arquitetos e agrônomos, e fazem um debate muito vinculado ao interesse de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Participo de encontros anuais que essa entidade faz e merece também os nossos cumprimentos. Basta olharmos para a revista do CREA, os temas que a revista traz, desde o tema da acessibilidade, uma entrevista com o Senador paranaense Flávio Arns; o tema da energia elétrica; o patrimônio público; a defesa intransigente do patrimônio público do nosso estado, a COPEL, e do patrimônio público de forma geral de todo o Brasil; uma análise do PAC, que é esse plano de obras de infraestrutura; e as ações também concretas que as entidades fazem no dia-a-dia. Projeto Casa Fácil, em Ponta Grossa.

Fui Vereador em Ponta Grossa, e quantas pessoas carentes recebi no meu gabinete e pude colaborar indicando para a Associação dos Engenheiros que fizesse um projeto padrão para essas pessoas.

Então, ficamos muito orgulhosos de contar com a presença de todos os profissionais. Damos parabéns, e tenho certeza que não falo só por mim, mas por todos os Deputados, não só do partido que represento, que é o PT, mas todos nós que estamos contentes por receber a visita dos profissionais, a pedido do CREA, seção de engenheiros, demais profissionais, e também porque vocês nos incentivam apoiando ou questionando o nosso projeto e trazendo sempre idéias novas a favor do povo do Paraná. Portanto, parabéns a todos.

Semana passada, por exemplo, eu conduzi com o Presidente da Comissão de Educação nesta Casa uma Audiência Pública na sexta-feira sobre o ICMS Cultural, projeto que estamos dando entrada, estava aqui uma arquiteta representando o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, nesse tema tão importante para o nosso estado, que tem pouco cuidado com o patrimônio histórico. Isso é um exemplo simples da atuação permanente.

Estivemos também, no começo do ano passado, está aqui o engenheiro Borges, foi Vereador curitibano, nosso amigo, também o Presidente do CREA e demais representantes do Sindicato dos Engenheiros, discutindo o piso profissional, que é uma conquista que deve ser a cada dia consolidada, porque tem uma série de discussões jurídicas.

Hoje vou falar sobre o tema piso nacional dos professores. Esse tema do piso do magistério traz uma nova luz à questão do piso dos engenheiros e arquitetos e

demais profissionais ligados ao CREA. O Congresso Nacional aprovou por unanimidade e foi sancionado pelo nosso Presidente da República. Uma nova luz para a Educação, que infelizmente está sendo questionado na Justiça.

Estaremos fazendo aqui na segunda-feira, no dia 24 deste mês, vem uma caravana de professores de todo o Paraná, na Comissão de Educação em uma parceria com APP - Sindicato, fará uma grande Audiência Pública, formando uma Comissão Parlamentar em defesa do piso dos professores. Esta frente deverá tomar conta das ruas do Paraná e do Brasil, porque o piso afeta não só aos professores do estado, mas também os professores dos municípios, desde a educação infantil, o ensino fundamental e todo o ensino básico.

É uma conquista que está muito vinculada ao Plano de Desenvolvimento de Educação do Governo Federal, que pela primeira vez em nossa história - não tenho medo de dizer isso, não estou sendo leviano e nem errando - trata de todas as questões referentes à Educação e o piso vem nessa linha, de estabelecer um padrão básico de qualidade para todos os municípios do Brasil, mesmo os mais pobres municípios do nordeste, da nossa região que é tão pobre, esses professores terão um piso básico, que vai influir em uma Educação de qualidade para todos os filhos do nosso país.

Parabéns aos representantes do CREA, aos profissionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Elio Rusch; posteriormente os Deputados Jocelito Canto e Antonio Belinati.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma forma muito especial cumprimentar o CREA, que está representado pelos seus engenheiros tanto na área civil, como na agrônômica, que compõem esta cidade tão valorosa no nosso estado e no país. Cumprimentar os engenheiros, na pessoa do Sr. Presidente Cabrini, engenheiro agrônomo da cidade de Maringá.

Tenho preparado há muito tempo um pronunciamento que eu gostaria de fazer aqui na Assembléia, sobre que o Paraná representa na economia e o que ele perde, através da sua força da própria natureza. Lembrar alguns números no setor energético: O Paraná produz, através da COPEL, da TRACTEBEL que comprou a parte da ELETROSUL, através da FORCEL, de auto-produtores e produtores independentes, produzimos 31 milhões, 557 mil e 366 megawatts/hora de energia/ano. O Paraná ainda produz, através da Usina Hidrelétrica de Itaipu, 92 milhões de megawatts/hora, 50% no Brasil,

50% no Paraguai. Somando isso com mais os rios limítrofes com outros estados, dá mais de 54 milhões, 806 mil megawatts/hora. Somando tudo isso, o Paraná produz, então, contando apenas 50% da energia produzida na Itaipu Binacional. 131 milhões, 674 mil e 294 megawatts/hora. Desde total que produzimos, o Paraná usa, Srs. engenheiros aqui presentes do CREA, 25 milhões, 161 mil e 81 megawatts/hora. O resto o Paraná exporta, 106 milhões, 513 mil, 213 megawatts. Calculando isso, a US\$ 4 o megawatts/hora, temos um faturamento de US\$ 4 bilhões, 240 milhões, pega a conversão por 2.20, exportamos de energia R\$ 9 bilhões, 372 milhões, 18 mil, 744.

Falamos da reforma tributária, sabe quanto o Paraná deixa de arrecadar de ICMS, a taxa, o índice de ICMS interestado é 12%, se aplicarmos 12% sobre o que exportamos da energia elétrica nós deixamos de arrecadar 1 bilhão, 225 milhões por ano. Se fala da reforma tributária, aqui no estado do Paraná, por que o Governo não concentra neste momento, quando o Congresso Nacional discute a reforma tributária? É neste momento que o Paraná, maior exportador de energia elétrica do Brasil de um estado para outro, que nós possamos, no mínimo, conseguir algum índice. o Deputado Gustavo Fruet já tem brigado, outros Deputados também falaram que conseguem atingir, talvez 2% de ICMS. Vejam a injustiça que existe. Exportamos energia elétrica, São Paulo, Mato Grosso, seja qualquer estado cobra na ponta 27%, se não 26% ou 28% de energia elétrica, que corresponde, cobrando 27% de 9 bilhões, os estados arrecadam as nossas custas, R\$ 2 bilhões, 530 milhões. Neste momento que acho que o Governo do Estado deveria ter pegado os seus técnicos da Secretaria da Fazenda, ir a Brasília e acampar em Brasília nessa reforma tributária de reverter esse quadro. Entendemos que o Paraná está sendo injustiçado.

Deputado Tadeu Veneri, os outros estados faturam nas nossas costas R\$ 2 bilhões, 530 milhões de ICMS que é cobrado na fonte e não repassam um centavo para o estado que é produtor da energia elétrica. Neste momento que o Governo do Estado deveria falar em reforma tributária e não falar de aumentar o imposto, aqui no estado do Paraná, da energia elétrica, comunicação, combustível, bebida alcoólica, cigarro e com a desculpa que vai reduzir de 18% para 12%, que ninguém garante que isso chegue na fonte. Acho que aí sim o Governo do Estado, nós da Assembléia Legislativa, sim, junto com o Deputado Reni Pereira, com toda força viva da sociedade, fazer com que o Congresso possa se sensibilizar e fazer justiça na reforma tributária na questão do ICMS, que é uma injustiça para os estados produtores de energia elétrica e também produtores de petróleo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria saudar aqui o pessoal do CREA e lembrar que, quando Prefeito de Ponta Grossa, o radialista Jocelito criou o IPLAN - Instituto de Planejamento de Ponta Grossa, que hoje é apenas um cabide de emprego na cidade, mas na seqüência, quem sabe, isto melhora.

Mas queria falar de dois assuntos, aqui. Primeiro, sobre o Plano Diretor do Estado do Paraná, que eu fiz um pedido de informações. Qual é a situação dos Planos Diretores do Estado do Paraná? Uma lei em vigor nesta Casa, obriga os municípios que para pegar financiamento tem que ter o Plano Diretor. Eu me assustei, porque poucas empresas fizeram Planos Diretores, uma grana preta foi paga para fazerem os Planos Diretores. Uma diferença muito grande entre um município e outro. Não é a questão do número de habitantes, mas me assustei com alguns números, uma cidade igual a outra com valores quase que o dobro. E poucas empresas fizeram os Planos Diretores no estado do Paraná. Pareceu uma coisa meio de compadre.

Queria também aproveitar e entregar para o Deputado Romanelli, queria entregar um documento ao Deputado Alexandre Curi também e ao Deputado Artagão de Mattos Leão, que não está aqui. Durante a reunião da Comissão de Fiscalização, um Deputado pediu para tirar algumas palavras minhas da ata, dizendo que eu tinha falado algumas palavras que não podia. Não vou nem tocar no assunto, é meio chato, pega mal. Mas vou lhe passar uma cópia da tal picaretagem que está aqui. Trabalho com documento. Documento oficial e aqui está a prova da picaretagem que eu falei lá e que o Presidente pediu para tirar das notas taquigráficas da reunião de hoje da Comissão de Fiscalização. Uma pequena picaretagem envolvendo um cidadão que é ligado a um grupo político e que ganha uma grana preta, algumas coisas boas. São algumas empresas que o Paraná inteiro conhece. Vou passar ao Deputado Romanelli, se quiser contar para a imprensa pode. O senhor pode, eu não. Não vou contar porque está cheio de engenheiro e arquiteto, não é um dia bom para falar disso aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ilustres visitantes.

Em nome da bancada do nosso Partido, o PP, em nome do nosso Líder maior, Deputado Duílio Genari, nossa saudação, bem-vindos aqueles que representam o

CREA. Saudamos o Presidente Álvaro Cabrini Júnior, Presidente reeleito até 2011; Antonio Borges dos Reis, que é Ouvidor; saudando as delegações visitantes na pessoa de Nelson Brandão, que é da minha terra. Saúde a todos os ilustres visitantes.

Trocava figurinha há pouco com o Dr. Cabrini, que também, como eu, tem vínculos com a cidade de Marialva e pude coletar alguns dados a respeito do excelente trabalho que o CREA realiza no Paraná. São 47 mil profissionais que integram o CREA do Paraná, 8 mil empresas e 83 associações de classe.

Então, que orgulho para esta Casa poder receber engenheiros, engenheiras, arquitetas, agrônomas, agrônomos, que fazem parte de um Conselho que, na nossa ótica, é um dos mais respeitados do Paraná. E o que é que vem tratar o pessoal do CREA? A maioria enfrentou inclusive ônibus, o CREA não colocou avião à disposição de ninguém, colocou até um modesto almoço aqui na Assembléia Legislativa. Então, o pessoal que veio, veio com vontade de contribuir com o fortalecimento do CREA e até com o fortalecimento da própria instituição pública, porque temos na Comissão de Obras desta Casa uma das figuras mais brilhantes deste Parlamento, Deputado Marcelo Rangel, que está debutando, está cumprindo o seu primeiro mandato nesta Casa. Estamos encerrando a carreira, depois de 40 anos de permanência aqui, e o Deputado Marcelo Rangel está chegando com o seu espírito jovial, com a sua sabedoria e com a sua vontade de fazer o melhor no cumprimento do seu mandato. E fazer o melhor pelo nosso Paraná. Esta Comissão de Obras nunca foi tão ativa como está sendo agora, sob o comando do iminente Deputado Marcelo Rangel.

E o que o Dr. Cabrini e todos os engenheiros, arquitetos e agrônomos vieram fazer? Vieram numa missão de paz, de boa vontade. Com esta Casa, qual o papel reservado a nós Deputados? Ao contrário dos Deputados Federais, não temos verbas de orçamento para ficar com a sacolinha distribuindo dinheiro para os municípios. Isso, até na campanha de Prefeito de Londrina chegaram a jogar na tela, em debate na Globo, querendo questionar: “Mas o que é que o senhor trouxe de verba para cá?” Deputado Estadual não tem verba. Quem tem verba é Deputado Federal. Agora, vá explicar para o povo, num debate, que não temos verba. O debate já acabou e já perdeu a eleição.

Então, essa foi a grande dificuldade que tive na campanha.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Belinati, quero dizer que V. Exa. tem razão. É importante, de fato, promover esse processo de discussão. Entendo que hoje recebemos aqui não apenas

o Presidente do CREA, mas a direção e obviamente uma grande representação. E esta Casa sente-se extremamente valorizada por receber tão ilustres presenças e que brevemente fará uso do Grande Expediente numa Sessão deliberativa para que o CREA possa falar. É uma deferência especial, saibam disso, que esta Casa está fazendo. Por outro lado, Deputado Belinati, se me permite, eu estava no gabinete da Liderança do Governo e ouvia as palavras do Líder Valdir Rossoni e, sinceramente, não consigo ficar sem responder aquilo que ele disse.

Queria dizer, Deputado Valdir Rossoni, e a todas as Sras. e Srs. Deputados, ao Sr. Presidente, que lamentavelmente fiquei muito triste de ver o Governador José Serra conceder R\$ 4 bilhões para poder financiar as financiadoras das montadoras de automóveis de São Paulo. Fiquei triste, porque saibam todos: não temos mais um banco estadual como tem São Paulo, que está dando dinheiro. Porque o Paraná perdeu o Banco do Estado do Paraná, que foi privatizado pelo Governo que o Sr. Valdir Rossoni integrava. Por isso que hoje o Paraná não tem como financiar as financiadoras das montadoras, que não temos um banco público. Como também não temos, infelizmente, um banco de desenvolvimento como tem Minas Gerais, que está colocando 450 milhões. Banco público, que o Paraná também perdeu, porque, infelizmente, perdemos esses instrumentos de fomento no estado do Paraná.

Por isso, Deputado Belinati, agradeço esse aparte, mas é bom dizer na hora que tem que ser dito, que quando se privatizou, maldita aquela hora que se privatizou o BANESTADO. Além de tudo o que significou, desregramento das vidas das pessoas, das famílias, principalmente da economia, numa hora de crise não temos o nosso banco público para poder socorrer a nossa economia.

Obrigado, Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Obrigado, Deputado Romanelli.

Para os visitantes deu para entender que fala a Oposição, o Governo rebate; o Governo fala, a Oposição rebate.

E eu vou voltar aqui no meu feijão com arroz, homenageando o pessoal do CREA.

A intenção, nobre Presidente Augustinho Zucchi, de tão ilustres visitantes, é propor através da Comissão de Obras, presidida pelo nobre e competente Deputado Marcelo Rangel, uma ampliação da parceria com esta Assembléia Legislativa, com esta Casa de Leis, para a fiscalização dos recursos públicos utilizados na execução das importantes obras públicas aqui do Paraná.

Eu creio que essa atitude do Presidente do CREA, e também da sua diretoria e de todos que aqui compareceram, é uma valiosa colaboração ao Governador, aos Secretários, a todos aqueles que têm cargo de mando na vida pública e, inclusive, reforçar o objetivo desta Assembléia Legislativa, porque dará muito mais tranqüi-

lidade a toda autoridade, porque muitas vezes a obra é lícita e qualquer problema que tenha de interpretação de convênio a bomba explode na cabeça de quem? Explode na cabeça da autoridade.

Ainda agora a nossa eleição para Prefeito de Londrina foi impugnada pela Corte Eleitoral, por causa de um convênio de 1999, não aprovado pelo Tribunal de Contas, em que o Tribunal de Contas enaltece que nós aplicamos corretamente o dinheiro. Até um elogio na atitude do Tribunal de Contas, porém, tecnicamente, o convênio não foi aprovado, de 1999, e por isso a impugnação.

Agora, será que é o Prefeito que vai olhar detalhes se um convênio está sendo feito, se está correto tecnicamente, se está dentro da lei, se é aquele parágrafo da lei? Lógico que não! Numa cidade de 500 mil habitantes, ou uma cidade como Curitiba, ou São Paulo, há uma retaguarda do gerente da cidade que é o Prefeito.

Então, nobre Presidente do CREA, creio que essa atitude de V. Exa. é uma importante colaboração, sim, para o Governador, para os Secretários que terão muito mais tranquilidade, chamando esta participação do CREA, creio até que dividindo responsabilidade também, porque o CREA, com seus profissionais da mais alta competência, vai ter condições de alertar a autoridade se o recurso está sendo aplicado corretamente, mas tecnicamente está esbarrando em algum empecilho, algum impedimento legal. Acho que temos que apoiar essa atitude do CREA.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Antonio Belinati, Sras. e Srs. membros do CREA, Sr. Álvaro Cabrini, a todos que participaram da reunião nesta manhã da Comissão de Obras, eu saúdo todos os membros, que através da Comissão de Obras estão disponibilizando esses serviços para a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu, conversando com o Sr. Cabrini, ele também nos coloca à disposição, Srs. Deputados, todas as informações sobre as obras públicas em andamento no estado do Paraná. Isso é extremamente importante para a fiscalização, mas não tão-somente as informações, como também vamos receber idéias propositivas do CREA para o lançamento de projetos de lei que vão beneficiar todos os cidadãos paranaenses.

Esta atitude, este ato do CREA do estado do Paraná, neste momento aqui na Assembleia Legislativa, é histórico. Eu sinto-me engrandecido como Deputado Estadual, Presidente de uma Comissão tão importante, vou me servir dos técnicos, dos engenheiros, arquitetos, já recebi os projetos de interesse do CREA e vamos partir com toda a força parlamentar para que haja celeridade e, em 2009, sejam aprovados esses projetos importantes.

Só tenho que agradecer, em nome da Assembleia Legislativa, pela oportunidade de tê-los aqui à disposição de todos os cidadãos paranaenses.

Muito obrigado, Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero o aparte, inclusive para que possamos aqui fazer uma colocação. Sabemos que o Presidente do CREA vai usar da palavra na tribuna e, ao mesmo tempo, ele vai ter condições de nos ponderar aqui uma situação que, num passado próximo, em 14 de abril de 2008, nós encaminhamos ao CREA, através do nosso Bloco de Oposição desta Casa, buscando informações sobre o terminal de álcool do porto de Paranaguá. Várias perguntas foram feitas e até o momento não tivemos uma resposta oficial da entidade para que possa ela, dessa forma, nos auxiliar no trabalho de fiscalização. É um ofício que foi encaminhado, como falei, lá no mês de abril e, segundo o protocolo do próprio CREA que nós temos esse requerimento, não teve o andamento que esperávamos, naturalmente chegando até nós que apresentamos esse requerimento, apresentando as informações.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, para concluir nossa homenagem, dizer que a competência dos engenheiros, engenheiras, arquitetos, arquitetas, agrônomos e agrônomas, tem ajudado inclusive a fortalecer a economia do nosso Paraná. São profissionais da mais alta qualificação, muitos com trabalhos desenvolvidos fora do Paraná até mesmo no exterior. Parabéns a todos. Em nome do Líder do nosso partido, Deputado Duílio Genari, o Partido Progressista vai apoiar totalmente o Presidente do CREA, Álvaro Cabrini, para que o CREA venha somar-se e venha dar força na fiscalização das obras públicas, dos recursos públicos. Contem com nosso apoio, membros do CREA do Paraná!

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná visita esta Casa hoje. Pela manhã, o Presidente Nelson Justus, ao receber a direção do CREA, os engenheiros, arquitetos, agrônomos, enfim todos aqueles que fazem parte desta visita aqui hoje e que tiveram oportunidade de falar com o Presidente, ele dizia da feliz iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, quando numa interação com a Assembleia faz o acompanhamento de projetos que são importantes para a população do Paraná.

Acho que o CREA, mais do que isso, além de fazer aqui uma visita a esta Casa, uma interação com o Parlamento do nosso estado, com a Casa da Leis do Paraná, dá a condição para que todos os Parlamentares possam, junto com o CREA, trabalhar em todos os projetos que

são do interesse da população do Paraná e que são inerentes às profissões exercidas dentro do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Quero agradecer, em nome desta Casa e o faço em nome de todos os Parlamentares, e digo aqui a todos os senhores e senhoras que após a falação do Presidente Cabrini outros Deputados estão inscritos aqui, Deputado Plauto, Deputado Dobrandino, Deputado Marcelo Rangel e convidamos a todos aqueles que puderem permanecer assistindo a Sessão, que será um prazer por parte desta Casa.

Ao agradecer a presença e reconhecer a importância de todos estes profissionais para o desenvolvimento do estado do Paraná, especialmente em fatos históricos de tudo aquilo que aconteceu no estado até agora, queremos registrar aqui e dar a oportunidade para que o Presidente, Álvaro Cabrini Júnior, possa fazer, em nome de todos os profissionais, em nome da entidade, o seu pronunciamento. Aqui, eu particularmente sou filiado ao CREA, por ser engenheiro agrônomo, mas mesmo aqueles que não tenham uma vinculação direta têm o respeito pelo trabalho, pela história dessa entidade, no nosso estado.

O senhor tem a palavra, por 30 minutos, Sr. Álvaro Cabrini Júnior.

Sr. Álvaro Cabrini Júnior - Presidente do CREA

O SR. ÁLVARO CABRINI JÚNIOR

Exmo. Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Mesa, Exmos. Deputados e Deputadas. Gostaria de cumprimentar especialmente aqueles Deputados que já se pronunciaram, que são membros do nosso Conselho, Deputado Strapasson, Deputado Péricles, Deputado Augustinho Zucchi. Um abraço especial aos Deputados da minha cidade, Maringá, Dr. Batista, Luiz Nishimori e a Deputada Cida Borghetti. Senhoras e senhores, colegas engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, técnicos presentes aqui nesse momento, pessoas que se deslocaram de vários locais do estado para prestar esse compromisso aqui com os senhores. Muito boa-tarde.

(Lê):

“Com honra, estamos presentes para a realização de um pronunciamento acerca de uma ‘provocação’ que, há muito, se faz relevante e necessária. Avocamos a omissão, mas ao mesmo tempo, ambicionamos e diligenciamos um novo limiar para o relacionamento entre a Assembléia Legislativa do Estado e o CREA-PR. Ação que interpretamos de fundamental importância para o desenvolvimento e para a sociedade paranaense. Principalmente, se considerarmos as funções para as quais nossas instituições foram criadas e são mantidas.

Como Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, temos procurado estabelecer diretrizes de reflexões e um patamar de produção de propostas consequentes, segundo logicas estru-

turais e dinâmicas, peculiares ao exercício de nossas profissões, com a expectativa de participarmos da formulação das políticas públicas, resultado coerente com nosso mister de inserção cidadã, notadamente nas questões da comunidade paranaense.

O homem é objeto do nosso fazer. O homem em todos seus aspectos, como agente e paciente do desenvolvimento. O homem em todas suas dimensões ‘como indivíduo, família, comunidade, sociedade, nação e humanidade’ e em todos seus tempos ‘nas suas raízes históricas, nas gerações atual e futura’.

Pretendemos ainda a utilização racional dos recursos disponíveis e inserção de adequados meios facilitadores, objetivando o desenvolvimento sustentado.

Entendemos ainda que o desenvolvimento do homem, em destaque o paranaense, deve atender três objetivos: sua renda e de sua comunidade; sua inserção e de seu meio equilibradamente no contexto estadual, nacional e mundial; e a complementariedade das múltiplas funções desenvolvidas pelas pessoas e pelas suas cidades e regiões entre si.”

Foi dito aqui, já pelos Deputados que antecederam a minha fala, a luta que o CREA fez no passado para não permitir a privatização da nossa Companhia Paranaense de Energia. É importante dizer que é empresa paranaense de energia e não apenas de energia elétrica, porque o potencial do Paraná de produzir energia é muito maior do que podemos imaginar.

A COPEL é pública, como tem defendido o CREA, em muitas questões que achamos importante que tenhamos empresas públicas para atender, com qualidade, os cidadãos paranaenses. Temos condições de ver e observar, já verificamos essas questões *in loco*, os programas de irrigação noturna, o Luz Fraterna, Luz para Todos, tarifa social, baixa renda e os programas de acesso universal de energia, que são exemplo de diversos programas integrados para tornar a energia acessível a todos, oferecendo oportunidade e consequente desenvolvimento e resgate de cidadania.

Semana passada assinamos um convênio com a COPEL, aonde vamos levar conhecimento técnico para 3 mil e 60 profissionais registrados em nosso sistema, sobre acessibilidade. A COPEL definitivamente, entrou nesta questão de acessibilidade.

Temos alguns programas que estão consolidados em todo o estado e são resultado de convênio estabelecidos pelo CREA - Paraná com órgãos do estado, Prefeituras Municipais, principalmente entidades de classe profissionais e instituições de ensino paranaenses, cumprindo importante função pública nos âmbitos sociais, técnicos e legais.

Programa Casa Fácil, como foi citado pelo Deputado Péricles de Mello, onde elaboramos projetos individualizados para famílias de baixa renda na construção de residências com até 70 m², através de nossas 83 entidades de classe aqui representadas. Já fizemos, nestes últimos 20 anos, 145 mil projetos de residências, em 300

municípios de todo o estado do Paraná. Estas famílias já foram beneficiadas, totalizando mais de 8 milhões de metros quadrados construídos.

O Programa Campo Fácil, que é um programa que começou faz 10 anos, agora, em Cascavel, envolvendo o CREA-Paraná, a Secretaria da Agricultura, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel, expandiu-se para mais outras quatro Prefeituras.

O programa onde trouxemos o GT Empresarial, Grupo de Trabalho Empresarial, onde trouxemos os empresários da construção civil e do agro-negócio para dentro do Conselho, para discutir questões importantes do setor empresarial, ligados ao nosso sistema.

Programa de Orientação Técnica, junto com o IBRAOP, que é o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, e aqui junto com o Tribunal de Contas do Estado, talvez seja o maior programa de parceria que possamos estabelecer com esta Casa, aonde participamos de um sub-comitê, com o TCE do estado do Paraná, juntamente com 12 auditores do Tribunal de Contas da União e de diversos Tribunais estaduais, no estudo para elaboração de orientações técnicas, visando uniformizar entendimento de legislação e práticas pertinentes a auditorias de obras públicas.

Cada orientação técnica é um documento editado no formato de uma norma, que objetiva consolidar o entendimento de auditorias de obras de todo o país, respeitando determinado tema, normatizando e facilitando a aplicação da Lei nº 8666, que regula as licitações públicas.

Neste ponto, quero dizer que foi assinado em Foz do Iguaçu, com o TCE, um convênio, só em 2008 o CREA-Paraná fiscalizou 600 editais e licitações de obras públicas e fiscalizamos 992 obras públicas em andamento, somente em 2008. Encontramos algumas irregularidades, tanto nos editais quanto nas obras públicas, da ordem de 60%, que continham algumas irregularidades e estamos levando isto para o Tribunal de Contas, que vai fazer o filtro e as punições necessárias, desde a aplicação de multas a estes profissionais, a estes Prefeitos, ainda vai levar inclusive a não aprovação destas contas.

Uma coisa importante que precisa se discutir nesta Casa, com respeito às licitações públicas, às obras públicas, especificamente, é o preço das obras. Temos uma cultura de que a obra pública tem que ser contratada pelo menor preço. E aí perguntamos aos Srs. Deputados: onde fica a qualidade da obra pública? Temos mecanismos suficientes para normatizar, através da própria Comissão, aqui presidida pelo Deputado Marcelo Rangel, podemos normatizar este processo, regular esta questão e fazer um melhor acompanhamento.

Eu dizia para o Deputado que o CREA-Paraná pode chegar, em poucas horas, a qualquer obra pública que esteja no âmbito da nossa jurisdição, que é o estado do Paraná, em menos de quatro horas. E de forma expedida encaminharmos aos senhores algumas situações que

eventualmente possamos encontrar. Temos alguns programas, junto com os empresários, de inclusão à formalidade na construção civil, entre outras questões.

(Lê):

“Fazemos questão de frisar a importância e a necessidade da presença de profissionais habilitados em cargos públicos que exijam conhecimentos técnicos e científicos.

Além da importante participação e colaboração dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia lotados nos diversos órgãos públicos do estado, queremos aqui cumprimentar e agradecer profissionais que ocupam importantes Secretarias de Estado que têm contribuído para a facilitação do relacionamento com o Conselho, resultando em significativas vantagens para a sociedade através da implementação de vários programas técnicos.

Cumprimentamos e elogiamos: engenheiro agrônomo Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente; advogado Vitor Hugo Burko, Diretor Presidente do IAP - Instituto Ambiental do Paraná; engenheiro agrônomo Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; arquiteto Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano; engenheiro civil Julio César de Souza Araújo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas; engenheiro civil Beto Richa, Prefeito de Curitiba.

A relação com e o entendimento desses profissionais e gestores públicos, além de outras instituições, relativamente à necessidade das atividades profissionais e o planejamento, tem propiciado que o CREA-PR firme convênios como:

- Instituto Ambiental do Paraná (IAP) - Sistematizar a cooperação entre as partes visando o aprimoramento, a integração e a agilização de procedimentos referentes às atividades profissionais desenvolvidas nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia relativas às questões ambientais e o registro das anotações de responsabilidade técnica decorrentes dos trabalhos técnicos executados pelos profissionais integrantes do quadro técnico do IAP. Também, o de operacionalização do SIS-LEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e áreas de Preservação Ambiental.

- SEMA/IAP - Operacionalização do CFO - Certificado Fitossanitário de Origem e do MPI - Manejo Integrado de Pragas.

- SEECultura - Estabelece condições de mútua cooperação na fiscalização de obras e intervenções fiscais em edifícios e/ou áreas protegidas por tombamento estadual e/ou nacional, localizados em território paranaense.

- SEOP - Secretaria de Estado de Obras Públicas, para regularização de acervo técnico profissional.

- Prefeitura Municipal de Curitiba - Ações conjuntas para capacitação e fiscalização na área de acessibilidade.

- Procuradoria da República do Estado do Paraná - Cooperação técnica para fiscalização dos dispositivos de acessibilidade em prédios públicos.

- Tribunal de Contas do Estado do Paraná: efetiva participação do profissional em obras públicas.

Cumprimentamos e ressaltamos várias entidades de classe do Paraná pelos trabalhos realizados, relacionados à discussão e implementação, em suas regiões, de políticas e Programas de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Recuperação de Rios e Vales, entre outros. Realizam também, através do programa que denominamos Plano Paraná - discussões sobre o desenvolvimento de seus municípios e suas áreas de influência regional.

Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus e Exmos. Deputados, através desses poucos exemplos, podemos verificar que, na prática, já ficou demonstrada a possibilidade da participação dos segmentos da sociedade civil que congregam os profissionais das tecnologias, ainda com o chamamento e a efetiva participação de outros setores comprometidos com o desenvolvimento do estado que, além de pretendemos objetivos interativos e complementares, buscadores do desenvolvimento sustentado harmônico e com acessibilidade a todos os cidadãos paranaenses, é possível sonharmos, planejarmos e mudarmos a realidade deste estado para as condições desejáveis.

Qual a perspectiva da sociedade, do povo paranaense para o futuro? Como será o Paraná daqui a 50 anos?

Como resolver o grande bolsão de pobreza que insiste em permanecer no estado, aliás, um dos mais ricos na nação brasileira?

Como encarar a eclodida crise financeira mundial com seus reflexos ainda desconhecidos, mas com certeza, de grandes danos econômicos e sociais?

O futuro do estado está em nossas mãos, nas mãos da sociedade paranaense e, sem sombra de dúvidas, passa pela Assembléia Legislativa do Paraná. Pois aqui devem nascer as legislações que nortearão esse desenvolvimento necessário.

A infra-estrutura de nosso estado é precária. Não suporta qualquer ameaça de desenvolvimento econômico e expansão das nossas atividades de extração e/ou de transformação. Pelo contrário, prejudica.

Necessitamos urgentemente repensar o estado, tirá-lo da condição de estado apenas para ser comido e/ou servir ao atual modelo econômico voltado à especulação financeira. Desenvolvimento de conhecimento e tecnologias tem as suas significativas parcelas nesse processo. Agregar valor aos nossos produtos primários é a saída. Quanto tempo será possível convivemos em um estado que só exporta commodities?

Faz-se necessário o resgate do estado como indutor do desenvolvimento. A participação do empresariado é de fundamental importância. O empresário deve participar como parceiro, não como espoliador.

O Paraná tem tradição de pioneirismo tecnológico e de popularização dos serviços de telecomunicações.

Sobrexiste ainda algum controle estatal sobre a infraestrutura e a tecnologia para as comunicações.

A geração do conhecimento, originária dos centros de estudos, ensino e pesquisas, ainda apresentam precariedade e resistência ao acesso democratizado a todos os cidadãos. Os meios disponíveis pelas comunicações eletrônicas criam ambiente favorável para o desenvolvimento de um melhor sistema de educação, negócios, gestão e serviços públicos. A informação é elemento imponderável que agiliza e facilita o modo de fazer das coisas. Quando pretendemos um processo universalizado é necessário a democratização dessa informação. Ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, são vetores de preparação do homem para transformar o meio ao seu alcance para o seu próprio bem-estar e de todos. É cidadania. Reconhecemos ameaça na produção desses importantes fatores intervenientes a partir da criação indiscriminada e 'descriteriosa' de instituições de formação profissional superior - notadamente da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Imaginamos um método de abordagem introduzindo uma matriz de raciocínio onde se elege prioritariamente, em um sentido, os fatores existentes do desenvolvimento e, de outro, os fatores intervenientes.

Na nossa visão de fazedores do desenvolvimento, em nosso trabalho do cotidiano, pinçamos os fatores que nos são mais relevantes. Imaginamos uma matriz que trata dos objetos que têm expressão na nossa preocupação profissional. Confere-se, também, a legitimidade da sua primazia eletiva, pelo fato que, são fatores basilares da estruturação da civilização humana e que estão em vias de esgotamento e a sua supressão leva ao colapso da própria civilização. São eles, como fatores existentes, o potencial energético, a água e os bens primários. E como fatores intervenientes, elegemos a infra-estrutura, a informação e a gestão dos setores público e privado voltado para os interesses e desenvolvimento humano e social.

Esta é uma visão que pretendemos do processo de desenvolvimento para o Paraná. Ela não descarta a visão clássica setorial (educação, saúde, transporte, segurança, turismo, etc.) da Administração Pública. Antes, pelo contrário, sugerimos sua incorporação em uma matriz interpretativa que propicie a sua aplicação de uma forma mais abrangente, eficaz e sustentável.

Nosso propósito não é o de contemplar um plano de Governo para o Paraná, enquanto estado-membro da Federação, menos ainda de estabelecer um plano acabado e eficaz de desenvolvimento para a nossa economia regional. Procuramos estabelecer uma diretriz de reflexão e um patamar de produção de propostas conseqüentes, segundo uma lógica estrutural e dinâmica, peculiar ao exercício de nossas profissões. Estabelecer um modo de raciocínio para a progressiva formulação de políticas públicas.

No atual momento, identificamos como desafios:

- viabilizar o crescimento da renda interna pela dinamização das potencialidades latentes e das práticas consagradas;

- amenizar as diferenças internas regionais e sociais por mecanismos da distribuição equitativa da renda, por uma política equilibrada dos investimentos públicos e de fomento dos investimentos privados, permitindo o acesso de todos aos benefícios do desenvolvimento;

- estabelecer uma rede de funções que se complementem espacialmente;

- a desconcentração, a especialização, a complementaridade e o equilíbrio intra e inter urbano e regional;

- levar o Paraná a uma situação de segurança energética;

- adotar uma política de uso soberano e sustentável para as nossas águas;

- adotar política sustentável sobre os potenciais rurais que assegure a utilização de recursos existentes não atuais e agregação de valor ao produto primário atual;

- gerar, incrementar, agilizar e democratizar o acesso ao saber e à informação;

- reestruturação da máquina gestora do estado, racionalização de recursos e meios e repactuação das dívidas públicas.

- e principalmente, dotar o Paraná de infra-estrutura suficiente; redes de transportes, estabelecimentos de serviços públicos e suprimentos, equilibradamente distribuída segundo as demandas. Como exemplo, citamos e defendemos a implantação da BR-101, a 'rodovia transli-torânea', cortando e integrando o litoral paranaense. O DNIT paranaense está estudando um traçado que não agride o patrimônio ambiental litorâneo. Uma intervenção e facilitará a adoção de uma política de desenvolvimento para aquela região.

Não as consideramos questões fechadas. Como agentes do processo de planejamento, estamos abertos e entendemos que devemos urgentemente refletir sobre o Paraná do breve futuro. A discussão e a tomada de decisões se fazem urgentes, é nossa responsabilidade com as gerações futuras, com a sustentabilidade do nosso estado, do nosso ambiente, do nosso povo.

Enaltecendo as vantagens e como exemplo de políticas públicas ajustadas, podemos citar a do setor elétrico do Governo de José Richa. Foi marcada pela execução do mais ambicioso programa de eletrificação rural já realizado no Paraná. O Clic Rural, que ligou 120 mil propriedades rurais no prazo de quatro anos. Naquela ocasião, o estado dispunha apenas 20% das propriedades existentes com luz elétrica, índice quase quatro vezes menor que os estados vizinhos do sul.

Entendendo que o grande obstáculo para a expansão das redes elétricas no campo era o seu custo de implantação, o que resultava num elevado desembolso também para o agricultor, José Richa determinou à COPEL estudos para simplificar e baratear tais projetos com o uso de técnicas, materiais e equipamentos alternativos, capazes de tornar o serviço acessível, mas sem comprometer os requisitos de segurança e desempenho.

O resultado foi um corte praticamente pela metade dos custos até então praticados, com a adoção, por exem-

plo, das linhas elétricas monofilares, redes com um só cabo condutor em lugar dos três habituais: só o emprego dessa técnica provocou uma redução de 32% no custo de implantação.

Durante os quatro anos de seu Governo, a COPEL construiu 50 mil quilômetros de linhas e redes elétricas rurais - o equivalente a uma volta em redor da Terra - elevando significativamente o índice de eletrificação do estado.

Richa sempre destacava a necessidade de oferecer ao homem do campo conforto, bem-estar e meios de melhorar a produtividade como formas de evitar o êxodo rumo às cidades. Essa visão de estadista propiciou ao Paraná dividendos até hoje colhidos, como ser o detentor da posição de maior produtor de carne de ave do mundo.

Outro exemplo de política pública com incontestáveis e transcendentais benefícios foi o Projeto de Recuperação e Manejo de Bacias Hidrográficas, dentro do Projeto Paraná Rural executado no Governo Álvaro Dias. A FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, considerou exemplo para o mundo e o programa possibilitou o trabalho de conservação do solo em 1 mil e 300 microbacias hidrográficas, cobrindo uma área de 3 milhões e 200 mil hectares, em benefício de 103 mil produtores.

Aborda-se atualmente a implantação de um alcooduto ligando a região de Maringá, grande pólo sucro-alcooleiro, e o porto de Paranaguá. Somos defensores da idéia, desde que no litoral seja implantado um pólo alcooquímico. É imprescindível agregar valor aos nossos produtos e possibilitar que através do desenvolvimento econômico possamos atingir patamares de um melhor desenvolvimento ambiental e social. O estado do Paraná deve deixar de ser apenas um exportador de commodities para tornar-se um dos estados mais ricos da nação brasileira. Aliás, coisa que já é. Apenas está deixando de assumir verdadeiramente essa condição por políticas públicas equivocadas ou pela falta delas.

Entendemos possuir, como profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, os deveres éticos e de cidadãos na participação do debate e construção de políticas públicas que venham culminar com o desenvolvimento sustentado do Paraná.

O universo de 55 mil profissionais existente no estado, congregado e organizado em mais de uma centena de entidades de classes profissionais distribuídas pelos quatro quadrantes deste Paraná, acumula e oferta um legado técnico e científico advindo da prática profissional cotidiana e da sólida edificação sobre a academia. Este pode suportar desafios na concepção de processos de desenvolvimento, que deverão ser garantidos social e legalmente através de políticas públicas. Políticas essas que esta Casa de Leis tem a competência, no seu amplo sentido, de produzir e fazer valer.

Exmos. Parlamentares, entendemos que devemos assumir o nosso papel de agentes transformadores.

Com este princípio humanista, os profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia, Agrimensura, Meteorologia, técnicos e tecnólogos vêm manifestar sua visão e preocupação com um processo possível de desenvolvimento sustentável para o Paraná. Em 2009, ao completarmos 75 anos, e como parte integrante de nossa agenda parlamentar, queremos e nos oferecemos para participar da construção de um novo momento político com conseqüente desenvolvimento para o estado do Paraná.

Humildemente, entendemos que juntos, Assembleia Legislativa do Estado, CREA-PR e a sociedade, podemos elaborar um rol de intenções e de legislações capazes de levar o Paraná, se aqui, nesta Casa de Leis, forem referendadas como políticas públicas, a uma condição que garanta um crescimento econômico com equidade social e preservação ambiental, entendidos para além do ambiente natural, integrando aquele onde se desenvolvem as atividades humanas necessárias ao seu desenvolvimento. Essa mesma política estará, pelo CREA-PR, sendo levada aos gestores públicos e Câmaras Municipais de todo o estado do Paraná. Da mesma forma que o CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, desde 2007, já a incrementa no Congresso Nacional.

Como inicialmente mencionamos, é uma honra para nós, CREA-PR, entidades de classes e instituições de ensino do estado e os profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia participarmos desse evento.”

Eu queria lembrar, antes de finalizar, que os senhores receberam algumas revistas. É uma revista de edição comemorativa aos 10 anos do CREA, que os senhores recebem regularmente. Está à disposição de V. Exas. para que possamos, de alguma forma, promover esse desenvolvimento do Paraná. Recebi, ao chegar aqui. Sr. Presidente, um convite para participar da comemoração dos 155 anos de emancipação política do Paraná, o mesmo ano em que começamos a comemorar os nossos 75 anos. É uma honra recebermos esse convite, no qual iremos participar. Porque o dia da premiação, aqui, em 11 de dezembro, nesta Casa, em que será comemorada data tão importante, comemora-se também o Dia do Engenheiro e do Arquiteto.

Em relação ao questionamento que foi feito pelo Deputado Plauto, a solicitação que se referiu já se encontra em meu poder. Dizer que foi respondida em 15 de julho, através do Ofício nº 148/08, mas iremos encaminhar novamente a V. Exa., e se aquilo que lhe foi respondido não estiver de seu agrado, faremos de tudo para poder levar a um melhor entendimento.

Gostaria de agradecer imensamente a atenção que nos foi dispensada e muito respeitosamente desejo a todos uma boa-tarde.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em nome, mais uma vez, desta Assembleia Legislativa, gostaríamos de agradecer a presença de todos e também, especialmente, o pronunciamento do Dr. Álvaro Cabrini Júnior, Presidente do CREA Paraná. Dizer que as portas desta Casa estarão sempre abertas. Esperamos que desta proximidade possamos, cada vez mais, trabalhar em favor da população do nosso estado, aproveitando a experiência, a competência e sempre os trabalhos de todos os profissionais da área da Engenharia, da Agronomia, Arquitetura, enfim de todas as profissões ligadas ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

Obrigado pela presença de todos, uma boa-tarde e podem sempre contar com as portas abertas da Assembleia Legislativa, porque afinal de contas esta é a Casa do Povo do Paraná.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV.
(Declina)

Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero inicialmente agradecer ao Presidente do CREA pela resposta que nos deu daquela tribuna. Às minhas mãos não chegou, mas com certeza, nos enviando novamente o auxílio que pedimos à entidade, vai ser de grande valia a todos nós que exercemos o mandato de Deputado Estadual nesta Casa.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ler uma explicativa de um cartório do município de Ponta Grossa que me procurou - eu como representante daquela cidade - tentando esclarecer sobre tudo aquilo que nesta Casa foi colocado no decorrer dos últimos dias, que é o Sr. Álvaro de Quadros Neto. Ele me procurou, tenho conhecimento com ele e me passou a situação funcional dele, que foi questionada neste Poder Legislativo Estadual.

Vou fazer oficialmente, para deixar registrado nos Anais desta Casa, o seu currículo e a sua história dentro da sua carreira.

(Lê):

“NOTA EXPLICATIVA SOBRE A SITUAÇÃO FUNCIONAL DE ÁLVARO DE QUADROS NETO

- 1991 - Ingresso por concurso público, em dezembro 1991.

- 1992 - Remoção por permuta - para o 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa - em 18/03/92, com base no disposto no artigo 163 e parágrafos, da Lei Estadual nº 7297/80 (Código de Organização de Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - vigente à época dos fatos), apro-

vado pelo Conselho da Magistratura e pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

- 2004 - Designação (à título precatório), para o Serviço Distrital do Pinheirinho, em razão do falecimento do titular até o preenchimento por concurso público.

Obs. 1 - o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, confirmou a regularidade da designação.

Obs. 2 - Mesma situação da Registradora de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul, Mônica Macedo Dalla Vecchia, folha do Des. Celso Rotoli de Macedo, designada para responder pelo 3º Registro Civil e 15º Tabelionato de Notas de Curitiba.

- 2006 - Opção - o titular do 2º Registro de Imóveis efetuou o pedido de opção para o recém-criado 3º Registro de Imóveis, conforme previsto no artigo 29, da Lei nº 8935/94.

Obs.1 - O pedido de opção foi aprovado pelo Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça.

Obs.2 - Aguarda instalação do 3º Registro de Imóveis, que foi criado por lei estadual, sendo delimitado também por lei estadual.

Obs.3 - o voto mencionado pelo Deputado Jocelito, em 10/11/08, do Des. Rotoli de Macedo, trata-se de voto vencido perante o colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, por 18 votos contra três.

- 2008 - Intervenção - nomeado pela Corregedoria-Geral da Justiça, como interventor do 12º Tabelionato de Notas de Curitiba - de 09/07/08 até 23/10/08, em razão de irregularidades praticadas pela titular Andrea da Costa Macedo.

Obs.- A intervenção terminou por decisão do Des. Celso Rotoli de Macedo, em mandado de segurança. Assumiu como interventor Carlos Alberto Costa Macedo, irmão da titular afastada por irregularidade, sendo que era escrevente substituto.

CONCLUSÃO

- Cartório do Pinheirinho - designação à título precário;

- 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa - aguarda instalação;

- 12º Tabelionato de Notas - intervenção encerrada, em 23/10/08.

- Portanto, o servidor é titular de uma única serventia, o 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa, desde 18/03/92."

Vou encaminhar esta nota explicativa do cartório Álvaro Quadros Netto, que me procurou e, naturalmente, para que todos os Srs. Parlamentares possam ver a sua explicação com relação a tudo aquilo que foi falado de sua pessoa na tribuna desta Casa.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Claro, Deputado Jocelito, inclusive vou entregar ao senhor esta nota explicativa do cartório que entregou a

mim e, naturalmente, o senhor que trouxe uma série de questionamentos vai poder saber da sua explicação, poder avaliar e saber exatamente aquilo que, por parte do Álvaro Quadros, aqui foi explicado.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Eu, inicialmente, Deputado Plauto, não tenho nada pessoal contra o cidadão Quadros, nada pessoal nem a favor e nem contra.

Agora, eu estranho, V. Exa. esqueceu de dizer como que ele foi nomeado para Curitiba, como que ele foi trazido de Ponta Grossa para Curitiba. V. Exa. sabe como que ele foi transferido de Ponta Grossa, qual o motivo que ele veio de Ponta Grossa para Curitiba, para disposição da Justiça aqui de Curitiba? V. Exa. sabe como que ele veio para aqui em Curitiba, qual o motivo?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

O senhor sabe, fale.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não, o senhor está dando o currículo dele, devia constar aí.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Estou passando aqui a nota explicativa do Sr. Álvaro Quadros Neto, diante de tudo aquilo...

(Vozes paralelas)

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Então, vou usar depois o horário do PTB e vou lhe contar como que ele veio parar em Curitiba.

E o senhor está dizendo que não está mais no Pinheirinho. Por força de uma decisão judicial ele foi retirado?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Ele foi designado...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas ele continua?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Ele foi designado...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas ele continua no Pinheirinho?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deixa eu terminar: a título precário, para ocupar a função no Pinheirinho. Quem determinou, com certeza, foi a Corregedoria do Tribunal de Justiça.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Mas ele continua?

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Eu não sei se ele continua ou não...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Não, porque V. Exa. diz que ele está apenas em um. Ele não está somente num. Ele está em Ponta Grossa, ele está nesse do Pinheirinho, em Curitiba, e ele está designado, por opção, para ir para o 3º de Ponta Grossa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

O 3º de Ponta Grossa já foi criado...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Está pronto...

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Ele é titular do...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Só falta a publicação do decreto do Presidente.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deputado Jocelito, eu fiz uma leitura a pedido dele. Agora, ele é titular do 12º. Foi criado o 13º, ele pediu para ser encaminhado ao 13º e, naturalmente, vai vagar o 12º.

Agora, por força maior, ele ocupou a função no cartório do Pinheirinho, ao qual ele foi designado pelo Tribunal de Justiça, pela Corregedoria do Tribunal para que ele cumprisse a função na hora que vagou esse cartório, por força maior, faleceu o seu titular.

Então, naturalmente, ele foi designado...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Sim, mas, naturalmente, Deputado Plauto, naturalmente que quem assume quando morre alguém, quem assume é o substituto. Do Pinheirinho podia ter assumido o substituto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Deputado Jocelito, é a sua palavra contra a decisão do Tribunal de Justiça e, naturalmente, estou aqui relatando para poder contrabalançar as palavras que aqui foram colocadas. Acho que é o correto, que é justo ser trazido à tona.

Eu não consegui entender por quê tanta preocupação do senhor com a pessoa do Álvaro Quadros, tanta preocupação de V. Sa. para questionar a pessoa dele. Se o Tribunal de Justiça autorizou, designou, o colocou nessa função, é uma questão de justiça dos Desembargadores e, naturalmente, repito, estou aqui fazendo a leitura explicativa que ele me encaminhou, porque estava sabendo que estavam fazendo colocações com seu nome na tribuna desta casa e ele pediu para que esta Casa e todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Assembleia possam saber a sua versão e não só o lado que estava sendo colocado.

Eu agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Agradeço a V. Exa.

No horário do PT, com a palavra o Deputado Péricles.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou apresentando requerimento à Mesa fazendo reserva do plenário da Assembleia Legislativa, às 10h da manhã para o dia 24 de novembro, para realização de Audiência Pública para debater o piso salarial profissional dos professores. A Audiência seria uma proposição da Comissão de Educação da Assembleia, em parceria com a APP-Sindicato. Requeremos também a disponibilidade de equipamentos de multimídia para apresentação dos trabalhos, serviço de traquigrafia e a disponibilidade de fotógrafo desta Casa.

No dia 24 de novembro já está sendo organizada uma vinda à Curitiba de uma comitiva de professores de todo estado, de professores de cada APP-Sindicato, pretendemos ampliar essa mobilização com representações de professores municipais, já que o piso atinge os professores dos municípios de todo o Brasil, em função de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, promovida por alguns Governadores contra essa lei. Começa o processo para mobilizar o Tribunal Federal da constitucionalidade dessa lei, que é uma conquista histórica dos professores, e mais que dos professores, é uma conquista histórica da Educação e da sociedade brasileira.

Queria lembrar que já no ano passado tínhamos mobilizado no plenário uma Audiência Pública com a participação de representantes de todo país, o Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal esteve aqui, o Relator do projeto, foi feito um amplo debate, essa lei foi consolidada, aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República e entendemos que os professores devem se mobilizar na defesa dessa legislação.

Tenho em minhas mãos, inclusive, Sr. Presidente, uma notícia de 6 de novembro de 2008, que para a Advocacia Geral da União a lei que estabeleceu o piso nacional para os professores é constitucional. O parecer divulgado pela AGU defende a lei.

(Lê):

“Parecer apresentado pela Advocacia Geral da União (AGU) defende a lei que estabeleceu novas regras para o magistério e unificou a remuneração inicial dos professores de escolas públicas da educação básica.

A Lei Federal nº 11738/07 foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF) pelos Governadores dos Estados do Paraná, Roberto Requião; do Rio Grande do

Sul, Yeda Crusius; de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e do Ceará, Cid Gomes, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4167.

Na ação, os Governadores afirmam que a lei extrapolou a idéia inicial de uma fixação do piso da carreira e criou 'regras desproporcionais' ao regular o vencimento básico (não o piso) e dar jornada menor de trabalho dos professores dentro das salas de aula. Segundo eles, a lei federal causará despesas exageradas e sem amparo orçamentário nos estados.

Em seu parecer enviado ao Supremo, a AGU explica que a lei não restringe, mas sim determina o piso salarial mínimo de R\$ 950 para professores com carga horária de 40 horas semanais que exerçam dois terços de atividades em sala de aula, e um terço fora dela em atividades como o preparo de aulas, correção de provas, entre outras.

Sustenta que a lei deve ser considerada constitucional, uma vez que impõe aos estados a fixação de piso maior para os professores que trabalhem por mais tempo, proporcionalmente à jornada de cada um.

'A fixação de um determinado valor como piso salarial deve levar em conta a prestação do serviço a ser remunerado. Não se pode desconsiderar, em sua estipulação, as diferentes jornadas de trabalho dos profissionais contemplados, sob pena de estabelecer-se idêntica remuneração mínima a professores sujeitos a cargas horárias díspares', explica a AGU no documento.

Afirma ainda que, caso sejam necessários novos professores, os estados terão tempo hábil para fazer um planejamento, pois a lei só produzirá efeitos escalonados nos orçamentos a partir de janeiro de 2009.

O Relator da ação no STF é o Ministro Joaquim Barbosa. Ele aguarda que a Procuradoria Geral da República se manifeste sobre a ação para então elaborar seu voto sobre o tema, que será analisado no Plenário do STF."

Na verdade, essa disputa acontece no país, e infelizmente os professores devem se mobilizar. Entendo que esta conquista é uma conquista histórica da Educação brasileira. É importante destacar o momento que estamos vivendo, pela primeira vez no Brasil temos um Plano de Desenvolvimento Educacional que é amplo, abrangente, desde diretrizes para educação infantil, para educação especial. Foi estabelecido o FUNDEB, que é o Fundo de Desenvolvimento de Ensino Básico, que vai atingir todo país, todos os municípios, toda idéia do Plano de Desenvolvimento Educacional, em 1º lugar, estabeleceu um padrão básico de qualidade em todo Brasil. Para isso, mesmo os municípios mais pobres, terão condições de pagar o piso aos professores, estabelecendo um padrão básico de qualidade.

Está aí a existência do FUNDEB. Essa é uma diretriz fundamental do PDE. Sabemos que através do PDE está estabelecendo, no padrão de qualidade, uma avaliação sistemática da escola pública brasileira, se estabele-

cendo formas de educação permanente e continuada para os professores para poderem ser avaliados, já existem os vários exames feitos a nível nacional que servem de orientação para os municípios avançarem. O próprio estado do Paraná, todos nós comemoramos aqui os avanços significativos que aconteceram na avaliação da escola pública do Paraná e dos municípios paranaenses. Essa conquista nós não podemos voltar atrás.

Entendo que todos os professores devem se mobilizar. Pretendemos, nessa Audiência para a qual convido a todos os Deputados, criar uma Frente Parlamentar de Defesa do Piso. Pretendemos agir em todo estado, pode haver resistência de algumas Prefeituras, dou exemplo de Ponta Grossa, quando fui Prefeito conseguimos grandes avanços para os professores municipais, para os funcionários públicos. Em Ponta Grossa estabelecemos a carga horária de preparo de 20% da carga horária dos professores. Então, o professor que tem um padrão de 20 horas, tem quatro horas de preparação, 40 horas, oito. O piso aumenta para 33% da carga horária. O professor terá disponível para seus estudos, sua atualização, seu preparo de provas, correção de provas. É uma conquista enorme. Jamais teremos uma Educação de qualidade enquanto o professor do ensino fundamental, para esse objetivo, continue sendo obrigado a lecionar 60 horas de aula e ter dois padrões, pegar aulas particulares. E passa a ser, na verdade, como se fosse um operário da Educação. Ele não tem tempo. Por isso que os professores começam a apresentar atestados, ficam doentes. É uma categoria que tem alto índice de doença no seu trabalho. Essa conquista, não podemos ter uma derrota. Há que haver mobilização completa.

Já conversei com alguns Vereadores de Ponta Grossa. A Câmara de Vereadores está se mobilizando. Vamos chamar o Sindicato dos Servidores Municipais, Sindicato dos Professores, porque sem dúvida nenhuma é uma luta histórica.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)

Só quero parabenizar a sua gestão à frente da presidência da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. O senhor é extremamente atuante e preocupado com as questões de Educação no estado do Paraná. O senhor está de parabéns.

Agora, gostaria de deixar registrado que um dos grandes avanços, uma das grandes conquistas dos professores nos últimos anos foi o salário, o piso nacional para o salário dos professores. E eu recebi, com surpresa a informação de que o Governador do Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião, foi signatário de uma ADIN que pede ao STF a não aplicação do piso nacional de salário para os professores.

Gostaria de deixar registrado que o PT inclusive se manifestou contrário a esta assinatura do Governador Roberto Requião com relação a essa ADIN, contra o piso nacional dos professores. Queria deixar aqui o meu protesto, porque foi um grande avanço, foi uma grande con-

quista dos professores e nós, em hipótese nenhuma, podemos acreditar que um Governador possa, de repente, assinar algo que seja desinteressante para os professores do estado do Paraná.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Marcelo, assinaram, além do Governador Roberto Requião, a Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius; Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira; Mato Grosso do Sul, André Puccinelli; do Ceará, Cid Gomes.

Já me referi a este fato e não é surpresa: o Governador Requião tem feito uma gestão excepcional para a Educação, os professores sabem disso. O novo Plano de Cargos para os Docentes na Universidade - muitas e muitas conquistas. Então, sobre esse assunto já discorri: vamos ter uma conversa com o Governador, a Bancada do PT.

Agora, o importante, muito além da assinatura do Governador, essa ação está existindo. O problema é que temos que lutar para que não haja um retrocesso. Esta luta só se faz com mobilização nas ruas a favor desta conquista. Esta é a nossa conduta neste momento e na nossa Audiência Pública, ouvir todos os Deputados, porque temos que mobilizar os professores e a sociedade paranaense, brasileira. Porque essa conquista é do povo brasileiro, principalmente, daquelas pessoas que precisam de escola pública, são as pessoas mais carentes, do norte ao sul do Brasil.

É bom sempre lembrar que os municípios e os estados da federação têm até 2010 para chegar ao piso completo, de forma escalonada, e essa carga horária de preparação, na própria lei está estabelecido que o Governo Federal vai repassar recursos...

(Cortado o som)

...suficientes para esse piso.

Não há nenhum motivo de preocupação dos estados e municípios, mas temos um motivo a mais para lutar pela implementação dessa lei tão importante para o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PMDB, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Reconheço que não pretendia usar a palavra nesta Sessão, Deputado Antonio Belinati, até porque V. Exa., muito gentilmente, me cedeu um aparte e eu pude responder, pelo menos parcialmente, aqui que certamente poderia fazer, para que pudéssemos ter nesta Casa um debate político, que seja ele correspondente à realidade dos fatos.

Escutei, estava no meu gabinete da Liderança conversando com o Presidente da CCJ, quando escutávamos o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni, que fez um questionamento sobre o fato de que o Governo do Estado de São Paulo concedeu um crédito para as montadoras de automóveis.

Foi essa a informação que ouvi da tribuna. Pergunto ao Deputado Durval Amaral, não tinha lido nada sobre esse tema, hoje passei envolvido com outras questões. Que fiz na hora?

Perguntei ao Deputado Durval Amaral e ele disse: "Li alguma coisa". Passo a mão no telefone e ligo para o Secretário da Fazenda, Heron Arzua. Imediatamente fui atrás das informações, porque o Secretário Heron Arzua disse-me o seguinte: "Nós, Romanelli, não temos mais banco para poder fazer o que o Governo de São Paulo está fazendo".

Ou seja, o Governo de São Paulo pegou a Nossa Caixa, Nosso Banco, que é como se chama o Banco do Estado de São Paulo, Nossa Caixa, que aliás o Governador Serra está negociando para vender ao Banco do Brasil, mas pegou a Nossa Caixa e disse o seguinte: "A Nossa Caixa está lá, cheia de dinheiro, tem um estoque de dinheiro". Pegou o dinheiro do banco do povo do estado de São Paulo, Nossa Caixa, chamou as financeiras das montadoras e disse: "Vamos dar R\$ 4 bilhões para que vocês possam ter dinheiro, e com o dinheiro da Nossa Caixa possam financiar o consumidor".

Ora! Não temos mais banco. O BANESTADO foi privatizado. Com que banco nós vamos conseguir chamar as financeiras da Renault, da Volkswagen, que são montadoras paranaenses, e vamos fazer o quê? Vamos dar que dinheiro? Daonde que temos estoque de dinheiro, hoje? Dinheiro que é do povo, que está lá, aplicado, no banco? Como é que vamos emprestar dinheiro para uma financeira se não temos? Porque nós, infelizmente, privatizamos o BANESTADO.

Eu fui aqui um dos que defenderam que o banco não poderia ser privatizado. Que até se saneasse o banco, mas que não se privatizasse o banco. Sempre defendi esta posição. Nós poderíamos ter um banco nosso, o BANESTADO, funcionando hoje.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, primeiro dizer a V. Exa. que o caso da Caixa, do estado de São Paulo, dizer que ela está sendo vendida ao Banco do Brasil porque não se sustenta. O que aconteceu com o BANESTADO e com todos os bancos estaduais, lá atrás, está acontecendo agora com os bancos particulares. Não conhecemos, ainda, a história do Itaú e do Unibanco. Nós só sabemos que houve uma fusão. Mas, o futuro vai nos mostrar porquê houve esta fusão.

E, diga-se de passagem, o PROER, que foi para salvar a quebradeira dos bancos, principalmente os bancos estaduais, nos quais está incluído o BANESTADO, custou um valor muito menor do que hoje já foi injetado

no sistema financeiro brasileiro, para que o sistema não tivesse um colapso.

Quero lembrar V. Exa.: há mecanismos, sim. Tem o Banco Social, tem a Agência de Fomento e tem uma atitude que demonstraria uma boa-vontade deste Governo com o momento que estamos vivendo, retirar a mini-reforma tributária que onera, sim, aumenta, sim, impostos das empresas que hoje produzem, que geram emprego e que, de uma forma inversa, vai chegar no custo do produto que hoje está sendo diminuído, para ter um pano de fundo para este aumento de carga tributária que o Governo do Paraná está implantando ao povo paranaense.

Agradeço o aparte de V. Exa., até porque estou saindo da Sessão - tenho outro compromisso - agradeço a compreensão de V. Exa. e me permita divergir de V. Exa., mas apenas para chamar a atenção para o momento que estamos vivendo. O Governador do Paraná precisa tomar medidas de apoio aos geradores de emprego do estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Deputado Valdir Rossoni, primeiro quero dizer a V. Exa. que divirjo, claro, do seu posicionamento.

Olha, eu estou aqui com um estudo preparado pela FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que eu particularmente não morro de amores pela FIEP, mas olha aqui, a elaboração de quem é esse estudo da FIEP, aliás, eu gosto muito da FIEP, tive uma pequena divergência com o Presidente, o Rodrigo Rocha Loures, o pai, mas muito pontual. Mas o que fez a FIEP? O departamento econômico da FIEP fez um estudo, Deputado Valdir Rossoni, e o que diz esse estudo? Diz que a reforma tributária proposta pelo Governo do Paraná pode colocar R\$ 315 milhões por ano no bolso dos aposentados e pensionistas que recebem até sete salários por mês, além dos trabalhadores, incrementando, trata-se de um incremento de 0,89% na renda de 3,8 milhões de paranaenses. Conclui o levantamento do estudo feito pelo departamento econômico, e de quem? Da Federação das Indústrias do Paraná.

Deputado Marcelo Rangel, vou lhe passar uma cópia para V. Exa. ver que interessante que é, porque é o efeito virtuoso justamente para poder melhorar a vida das classes C, D e E, que é para quem se destina à mini-reforma tributária.

Nós sabemos, a indústria do cigarro não quer aumento de impostos; nós sabemos, a indústria da bebida não quer aumento de impostos; nós sabemos que tem forças poderosas que querem impedir, porque alguns inclusive entendem que vão ter mais crédito de ICMS, que o setor não é beneficiado. Nós sabemos que a lei, a mini-reforma, ela equaciona essas soluções para a produção. Quem pensa no pequeno aqui tem que votar na mini-reforma, não tenho dúvida disso.

O fato, Deputado Pugliesi, é que lamentavelmente não temos mais os instrumentos de fomento, o Banco Social hoje está voltado a financiar no centro

expandido, para poder apoiar justamente a recuperação econômica das regiões que estão deprimidas economicamente no estado do Paraná. E também, sinceramente, não é o dinheiro do Banco Social que não faz nem cócegas em relação ao financiamento de automóveis.

Agora, não ter o nosso banco, eu via ainda no último domingo a entrevista da Governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, e eu gosto do estilo da Governadora, é uma mulher firme, tenho até algumas divergências com os posicionamentos dela, mas aonde que ela está alavancando o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul? Aonde que ela tem feito os grandes projeto dela? Quem é o grande vetor do desenvolvimento? É o BANRISUL. os gaúchos conseguiram peitar o Governo Federal, sanear o banco e ficaram com ele. Os catarinenses fizeram a mesma coisa, conseguiram manter o BESC, que foi saneado e continua banco público. Nós aqui não, aqui era proibido manter o BANESTADO. Por que era proibido? Porque eles queriam, na verdade, acabar com o esqueleto que estava no armário do BANESTADO, queriam sumir com o esqueleto. O fato é que o Banco Itaú comprou o melhor negócio de toda a sua história, não é à toa que comprou o Unibanco agora recentemente, comprou como alguns que compraram as carteiras saudáveis, como aquela tal de Rio Branco que saiu por este estado inteiro, até hoje ninguém sabe quem é dono disso, e na verdade alguns ficaram milionários neste estado com a privatização do BANESTADO.

Quem que foi infelicitado, Deputado Jocelito Canto? Era aquela legião de servidores, mais de 20 mil banestadenses, homens e mulheres que dedicaram suas vidas a esse banco, perderam seu emprego. Muitos deles perderam até o rumo da sua vida. A troco do quê? A troco de alguma meia dúzia de espertalhões, Deputado Jonas, terem enriquecido e nós temos perdido esse grande instrumento da economia paranaense, que era o BANESTADO. Por isso que é fácil, sim, para o Governador Serra colocar 4 bilhões. São Paulo perdeu o BANESPA, mas manteve a Nossa Caixa. Hoje, tem 4 bilhões para emprestar para as financeiras das montadoras e financiar. E vai ganhar dinheiro. Nós sabemos disso.

A nossa Caixa vai ganhar, e ganhar muito dinheiro, porque sabemos que esse é um crédito que não é de graça, ou seja, o banco está emprestando dinheiro para uma financeira e vai ganhar dinheiro. Da mesma forma, está fazendo o Governador Aécio Neves, em Minas Gerais, com o Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais. Nós também sabemos, perdemos o nosso Banco do Desenvolvimento. Temos a nossa Agência de Fomento, mas pobrezinha da Agência de Desenvolvimento. Até hoje, ela não conseguiu se transformar num banco, porque o Paraná não tem capacidade de endividamento. Só do Banco do Estado do Paraná nós pagamos R\$ 65 milhões por mês. Dinheiro sagrado do povo paranaense que vai embora.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, eu vejo falar tanto nesse BANESTADO o nosso primeiro mandato aqui, 1995/1996, se não me falha a memória, V. Exa. estava aqui, e lembro que esta Casa fez uma Sessão chamada secreta. O Deputado não podia falar nada que acontecesse depois da Sessão. Jamais esqueci disso, porque foi meu primeiro mandato e nunca havia participado de uma Sessão Secreta. Lembro que dessa tribuna que V. Exa. está, estava o Presidente do BANESTADO na época, Dr. Luiz Antônio Fayet, e vi dali um Deputado, que era funcionário do BANESTADO, hoje Deputado Federal, Vanhoni, contar mil histórias sobre a história do banco. Ele contou uma história que nunca esqueci, aquela história de que um cidadão estava devendo uma Ferrari para o Banco do Estado do Paraná e deu como garantia, para pegar uma segunda Ferrari, um fusquinha velho. O Vanhoni falou isso. Jamais esqueci. De lá para cá, tenho visto toda essa confusão, dinheiro fora do país.

Mas eu queria perguntar ao povo do Paraná: quem é que está preso, hoje, em função dessa roubalheira que foi o BANESTADO? Alguém está preso? Ou estão presos os pobres dos gerentes, os coitadinhos? Quem está preso do esquema do BANESTADO? O Banco do Estado do Paraná foi a maior roubalheira da história do Paraná e, hoje, vemos todo dia 30, até acho que vou começar a fazer agora todo dia 30 um bolo, aqui no Plenário, para comemorarmos os quase sessenta e poucos milhões corrigidos que este estado paga, e vai pagar mais 20 anos ainda, para coibir o roubo que foi feito no estado do Paraná, do banco nosso que nós perdemos.

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que foi sangrado o BANESTADO. Esta Casa alertou aqui em 1995/1996 e nada foi feito, mas vejo ainda os que roubaram o Paraná, vejo de vez em quando por aí alguns fazendo consultoria, recebendo prêmios, e o que deu para quem roubou? Só estou vendo o povo do Paraná pagar 65 milhões por mês. Não é por ano, é por mês! Onde estão os culpados? Cadê o Ministério Público? Cadê todo mundo? Cadê os que roubaram? Neste Paraná só “dá pepino” para os pequenos, para os pobres. Cadê os tubarões que assaltaram esse banco, que roubaram o BANESTADO? Onde estão os ladrões? Estão soltos? Onde é que estão?

Parabéns, Deputado Romanelli!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito. V. Exa. se lembra. Desta tribuna, Luiz Antonio Fayet disse que encontrou o Banco do Estado em perfeita ordem. V. Exa. se lembra disso. Foi Sessão Secreta, aqui nesta Casa, mas quem participou desse processo...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Agora não é mais, V. Exa. revelou, não é?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas V. Exa. se lembra.

Eu também me cansei, desta tribuna aqui, de ler aquelas chamadas atas secretas do BANESTADO, eu li aqui a roubalheira que estavam fazendo no BANESTADO. E sabe o que aconteceu? Eu fui processado pelo Banco Central por quebra de sigilo bancário. Tive que responder, tive que ir à Polícia Federal, porque eu denunciava a roubalheira que estava acontecendo no BANESTADO.

A verdade é que a vida pública nos reserva momentos iguais a esse, onde acabamos revelando alguma coisa, porque o sofrimento pessoal é nosso quando se denuncia a roubalheira. E eu lembrei, sinceramente, quando vi hoje o Deputado Rossoni falando, lembrei quando tínhamos um bancão aqui que servia o povo do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Primeiro, parabenizar as suas colocações a respeito não só do nosso Banco Social, mas principalmente sobre o Banco do Estado. A conta gráfica que estudamos no ano passado passa da casa dos R\$ 22 bilhões que o Governo terá que pagar de uma venda direcionada, totalmente imoral, direcionada de uma forma onde o Banco Golden Sachs está ainda recebendo a quantia atualizada de 1 bilhão e 800 só da carteira podre que está executando vários e vários credores, que num total de R\$ 12 milhões ele já está com crédito de 1 bilhão e 800.

Nós fizemos essa denúncia e falamos com a Procuradoria Geral da Justiça, existem processos, mas todos os processos que agora tem que responder, porque o Golden Sachs é um banco internacional, tem que ser remetido. Fazendo um paralelo da fraude, sem sombra de dúvida, a venda do Banco do Estado é a maior fraude da história do estado do Paraná. Nos cento e poucos anos de emancipação, temos certeza que não só o povo paranaense desta geração, mas no mínimo mais uma geração pagará esse estelionato. A nossa proposta é chamar o Banco Central aqui nesta Casa de Leis novamente tentarmos mostrar que a Teresa Grossi, que até então era a Presidente do Banco Central, hoje é Vice-Presidente do Itaú. Coincidência, Deputado Romanelli.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, só para acrescentar no pronunciamento do Deputado Kielse, e acho que agora o debate começou a ficar válido, porque o Deputado tem toda a razão quando fala, acho que o BANESTADO foi mal gerido, muito mal gerido, faliu por causa disso, houve corrupção, concordo com ele, mas agora o debate ficou correto. V. Exa. recebeu um aparte de um Parlamentar que era do mesmo partido do Governador que governava na época. Eu me equivoquei muito na minha vida pública e reconheço os meus erros, mas quando votada aqui a privatização do BANESTADO, se não me falha a

memória, o Deputado Kielse votou favorável. Então, aquele era o momento dele ter aberto os olhos dos Parlamentares...

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Votei favorável, sem as informações que V. Exa. detinha e os demais Parlamentares não detinham. Quando da reunião com o então Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, o qual mentiu a esta Casa de Leis, talvez V. Exa. soubesse coisas que não sabíamos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está com a palavra o orador que está na tribuna. V. Exa. é quem dá o aparte, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Olha, eu quero dizer o seguinte: o Deputado Rossoni pode concluir o aparte e depois, se o Deputado Kielse quiser, fazer um contraponto.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Romanelli, porque senão parece, V. Exa. fazendo o discurso, parece que eu sou o culpado da privatização.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu não disse isso.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Eu quero dizer que muito do que V. Exa. falou é como a crise econômica que estamos vivendo neste momento. Se você ouvir os economistas, 99% dos economistas não previam essa crise que estamos vivendo, lá atrás, e aí concordo com o Deputado Kielse, só que não adianta, não pode se esconder, se cometemos um erro, certamente, se ele tivesse o conhecimento que ele tem hoje do assunto, se nós tivéssemos o conhecimento do assunto como temos hoje, certamente não teríamos errado como erramos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Apenas dizer que não consigo lembrar de todos que estão aqui dentro, mas eu, Deputado Romanelli e o Deputado Nereu Moura, que está ao seu lado, e V. Exa. também, votamos contra a privatização do BANESTADO. Não quero aqui cometer nenhuma injustiça. Votei contra a privatização do BANESTADO e também votei contra a privatização da COPEL, na verdadeira votação, que foi a de dezembro de 1998, quando a Assembléia autorizou a privatização da COPEL. Como também votei contra a privatização das rodovias estaduais, através do pedagiamento.

Sempre mantive uma linha de coerência, porque entendi sempre como lesivas essas operações que foram realizadas contra o interesse do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PPS/PMN.

Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná, hoje, o debate nesta Assembléia Legislativa está quente. Vamos colocar mais algumas pimentas neste bom debate, porque isso é importante.

Eu iria falar a respeito do CREA, mas acho que como o Deputado Romanelli falou a respeito do “pacotaço”, dessa mini-reforma tributária, a meu ver é uma espécie de pacote, sim, porque ainda tenho minhas dúvidas a respeito desse projeto de lei. Pelo menos duas ou três emendas estarei encaminhando, porque tenho alguns receios, Deputada Beti Pavin. Fala-se dos 95 mil produtos que vão receber benefícios de redução de alíquota, mas se esquecem de falar que a energia elétrica vai subir para o consumidor paranaense, que a gasolina vai subir para o povo do Paraná, que o telefone celular, o fixo também vão subir.

Também estou encaminhando um requerimento à Mesa. Primeiro, para saber quantos desses 95 mil produtos, que estão sendo contemplados por esse projeto, já possuem benefício e isenções fiscais, por fazerem parte da cesta básica. Parece-me que não são 95 mil produtos. Já começa por aí. Existem algumas esquisitices nesse projeto, Deputado Romanelli, que primeiro preciso julgar.

O nosso partido, Deputados Douglas Fabrício e Alysson, esteve reunido com técnicos no PPS, para discutir essa mini-reforma. Reforma tributária é importante. Diminuir imposto é extremamente importante. Todo cidadão paranaense quer isso. Agora, diminuir o preço de um produto e subir energia de outro lado, todo mundo sabe, é muito simples fazer a conta. Sobe combustível, sobre tudo. Sobe energia elétrica, sobre tudo. São muitas as variáveis obscuras, Deputado Durval Amaral. O pior é que corremos o risco de votar um projeto de lei polêmico e depois quem vai pagar o pato é o povo, pagando até mais impostos. Isso pode ser um grave problema, principalmente, nessa época de crise no mundo. Não é o momento apropriado, mas estamos analisando com cautela. Vamos fazer o julgamento no momento oportuno, Deputado Elio rusch. Temos ainda mais alguns dias para a votação desse projeto aqui na Assembléia e temos algumas Audiências Públicas importantes nesse final de semana, sexta-feira, em Guarapuava, em Ponta Grossa, para debater esse assunto. Mas, o fato é, os bens seletivos, os insumos essenciais vão subir para todos os cidadãos paranaenses.

Deputado Douglas Fabrício, gostaria de ouvi-lo.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS) (Aparte)

V. Exa. traz mais uma vez esse assunto que é o aumento de tarifas que o Governador quer propor à população.

Estamos discutindo dentro do partido, mas além do partido, também estamos ouvindo as pessoas não só nas ruas, o povo de maneira geral através do nosso site, nas Audiências Públicas também estamos participando. Já pude perceber que tem uma grande quantidade de pessoas contra. Já tive Audiências com contadores, são pessoas que trabalham diariamente com a contabilidade das empresas e sabem claramente sobre a questão dos impostos.

O que me parece é que o Governador quer aumentar a arrecadação e está concentrando o esforço dessa arrecadação em apenas três, quatro, cinco, poucos itens.

Então, o que temos de trabalhar é para que, se for impossível essa discussão, o Governador ainda insistir, mesmo com a crise que estamos vivendo em manter esse pacote para ser votado aqui na Assembleia Legislativa, temos que lutar muito para retirar o aumento da gasolina, da energia elétrica, da comunicação. Se ele quiser aumentar na bebida alcoólica, sou favorável; se quiser aumentar o imposto do cigarro, pode dobrar que vou ser favorável; agora, não podemos admitir que ele vá aumentar a energia elétrica, a gasolina, o preço do telefone, porque com isso, todo mundo vai ter que pagar, não vai escapar ninguém.

Então, o Deputado Durval Amaral está junto com o Deputado Nelson Justus, estão corretíssimos em dar sequência a essas Audiências públicas, para que possamos realmente ouvir o povo. Os técnicos, especialistas na economia, divergem e não previram essa crise que estamos chegando e são especialistas no assunto. Não podemos também ficar imaginando que, de repente, a própria FIEP possa estar prevendo o que o povo não quer, que é o aumento de imposto.

Nós queremos redução do imposto. Se o Governador quer reduzi o imposto de 95 mil itens, 100 mil itens, não tem problema nenhum, vamos trabalhar para isso. Já que vai reduzir imposto, pode reduzir também as despesas do Governo. Com isso fica mais fácil, com certeza o povo aceitar.

Era isso. Agradeço o aparte, e lembrá-lo também sobre a questão do piso nacional dos professores, a nossa posição do PPS, V. Exa. está usando o horário do partido, poderia colocar isso claramente para a população.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito bem lembrado, Deputado Douglas Fabrício, porque nos causa indignação saber que o nosso Governador foi signatário de uma ADIN contra o salário base dos professores do Brasil. Isso é inaceitável, não podemos compactuar com uma assinatura como essa. Uma opinião que vai contra os professores.

Deputado Durval Amaral, por favor.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Agradeço a V. Exa. pelo aparte. Só voltando ao assunto das Audiências Públicas que a Comissão de Constituição e Justiça, automaticamente a Assembleia Legislativa, tem realizado no estado do Paraná.

Como muito bem colocou V. Exa., na próxima sexta-feira, às 9h30 faremos uma Audiência Pública na cidade de Guarapuava, na Associação Comercial daquela cidade. E às 18h faremos uma Audiência Pública também na cidade de Ponta Grossa para ouvirmos todos os empresários, todos aqueles cidadãos que efetivamente pagam a conta, que pagam os impostos. No dia 20 faremos na cidade de Londrina e na cidade de Maringá e no dia 26 finalizaremos com a Audiência Pública aqui na cidade de Curitiba. Só enfatizar a todos os nossos amigos, companheiros Parlamentares, para que se façam presentes nessas Audiências Públicas de Guarapuava e de Ponta Grossa na próxima sexta-feira.

Muito obrigado a V. Exa. pelo aparte concedido.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Muito obrigado, Deputado Durval Amaral.

Portanto, para finalizar o nosso discurso aqui nesta tribuna, como Líder do PPS, mais uma vez eu afirmo que estamos estudando a fundo essa mini-reforma, esse “pacote”. Precisamos analisar todas as variantes, isso ainda está muito esquisito, eu não estou de acordo, porque acredito que isso não pode ser benéfico, de repente, para o nosso povo do estado do Paraná, e vamos estudar muito ainda esse projeto que virá para a Assembleia Legislativa.

Eu teria mais alguns outros assuntos, mas o meu tempo está terminando. Agradeço ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Horário do PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não estou vendo aqui o Deputado Plauto, gostaria de falar vendo o mesmo aqui, até para mostrar alguns documentos.

Primeiro, quero dizer ao Deputado Plauto que eu não tenho procuração nenhuma para defender ninguém de cartório, até porque não sou cartorário. Eu não sou parente de nenhum cartorário desses que estão aí, diferente do Deputado Plauto que tem ligação com o Quadros. Eu não tenho nada com cartorário nenhum. Eu apenas estou levantando aqui alguns documentos que recebi e acho que é justo.

Eu só lamento que a imprensa do Paraná seja uma imprensa, alguns segmentos medrosos, têm medo, têm medo.

Aproveitar para dizer para o Luiz Geraldo Mazza, hoje ouvi um comentário dele dizendo que a TV Assembleia só serve para os Deputados aparecerem. Mas só pode aparecer aqui quem tem voto. Quem nunca fez voto nunca vai aparecer aqui. Para aparecer aqui tem que fazer voto, tem que ser eleito pelo povo. Professor de Deus está cheio por aí, está cheio de professor de Deus. Falar mal dos outros é fácil.

Então, só dizer ao Luiz Geraldo Mazza, da Rádio CBN, que estamos à disposição para debater qualquer assunto o dia que eles quiserem lá na CBN, qualquer assunto, é só chamar. É lá que vamos discutir. Agora, ninguém deve ser professor de Deus de ninguém. Tem gente que tem medo de falar de alguns assuntos aqui. Eu não tenho medo de nada. Estou aqui para falar o que tiver que falar. Tem gente - "Ah, não pode falar disso, não pode falar daquilo, machuca fulano" - o que é isso, gente? Não estamos brincando de ser Deputados aqui. Se alguém tem o rabo preso, eu não tenho. Eu falo o que tem que falar. Se tiver que pagar, paga-se, mas fala-se.

Até lembrando hoje, queria lembrar o Deputado Plauto, tem um episódio, Deputado Romanelli, é histórico, quando eu fui Prefeito, o Jaime Lerner, uma vez, não deu à Ponta Grossa o Paraná Urbano, dinheiro que era para receber, e ele me fez pressão na eleição de 1998: se não o apoiasse, não vinha o dinheiro do Paraná Urbano. E eu era um Prefeito jovem, não queria perder os recursos, acabei lhe apoiando, contrário, mas para não perder os recursos. Isto já existia lá, naquela época. Depois ele ganhou a eleição, abandonou tudo e não deu nada para Ponta Grossa.

E certa vez eu vim aqui para falar com o Secretário Lubomir e ele me disse que os meus projetos estavam todos aprovados, que meu problema era com o Governador, que o Governador não iria liberar o dinheiro, porque o meu problema era com ele, era só com ele o problema. Daí eu disse que não tinha problema técnico nenhum. Eles diziam, lá em Ponta Grossa, que o problema era técnico, que não liberavam o dinheiro porque era técnico.

Aí eu lavei a alma num dia de uma reunião da CPI do PARANACIDADE, aliás, não deu nada, não é? a CPI do PARANACIDADE foi a maior roubalheira do Paraná, não deu nada também. Roubaram à vontade! Aquele olho ali, o olho do Jaime Lerner, o olho do..., como é o nome daquele famoso arquiteto? Oscar Niemeyer, aquilo foi a maior roubalheira, não é Deputado Artagão? Mas nunca deu nada! Só aquele espelho, o vidro do olho mágico, custou uma grana presta, 40 milhões, parece, aquela obra ali, e essa CPI do PARANACIDADE não deu em nada, virou pizza, não deu nada e roubaram à vontade!

Uma vez eu perguntei ao Secretário Lubomir Ficinski, porque eu tinha uma dúvida porque ele disse

que o meu problema não era técnico, era político, a questão do Paraná Urbano, se na CPI ele confirmava essa afirmação, está aqui, Sr. Lubomir Ficinski: "Confirmo". Queria que constasse nas notas taquigráficas. O Sr. Lubomir voltou a dizer: "Eu lhe disse que seu problema era político". A história da CPI do PARANACIDADE não deu em nada, foi a maior roubalheira e não deu nada e não vai dar, não vai dar nada! Vai dar para a Deputada Beti Pavin, ali na sua região, um erro administrativo, vai dar, encheção de saco, isso dá!

Mas, Deputado Plauto, V. Exa. chegou agora, não tenho nada contra o seu parente, o Slaviero, o Quadros, não tenho nada com ele, eu não sou dono de cartório. Agora, é preciso explicar que ele é um super cartorário, sim, está aqui na certidão, é um super cartorário. E o Deputado Plauto, a fazer a defesa do super cartorário, fez um ataque ao Desembargador Macedo, eu acho que é porque tem eleição no Tribunal de Justiça, de um lado tem o Desembargador Macedo e de outro lado tem outro núcleo. Também tem briga ali, tem confusão, tem briga interna, não é para falar aqui, mas eu falo e que se explodam, quem não gostar que se dane! Derrubem os meus projetos lá, façam o que quiserem, estou na boca do povo, não tem mais problema, só que eu vou falar, não vou deixar de falar! Aí tem briga lá e o Deputado Plauto aproveitou para defender e deu um ataquezinho no Desembargador Macedo, que eu nem conheço, mas o senhor aproveitou e deu uma cutucadinha no Macedo, dizendo que ele tem cartório também. Eu não sei, essa história eu não conheço, V. Exa. fez a defesa aqui, quem sabe de outro grupo do Tribunal, e falou do Macedo, que o Macedo tinha uma irmã, eu não conheço a história, não sei...

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Só para esclarecer, está nos Anais da Casa, eu fiz a leitura da nota explicativa do cartorário Álvaro Quadros, eu fiz a leitura dela, não fiz juízo de nada, eu meramente li o que o cartorário Álvaro Quadros Neto me pediu, eu li exatamente o que está registrado nos Anais da Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu não tenho problema nenhum com o Tribunal de Justiça, eles que julguem as minhas coisas lá com imparcialidade...

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Eu também não, li aqui o relato do cartorário Quadros, que colocou à sua posição...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então foi o Álvaro Quadros que atacou o Desembargador Macedo, dizendo que ele tem uma irmã que tem cartório também?

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Eu li aqui, está nos Anais da Casa já...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para saber que V. Exa. leu uma nota do cartório Quadros para dizer que o outro Desembargador também tem cartório. V. Exa. disse isso aqui e tem eleição interna no TJ, a Assembléia não pode se envolver. Agora, que o Álvaro Quadros é super cartorário, é! Como é que ele veio transferido para Curitiba, o senhor sabe?

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Está aqui na nota explicativa...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não, não, não, não, está aqui, isso é documento, ele estava doente, o Quadros, aí ele pediu uma remoção porque ele fazia tratamento aqui em Curitiba, ele estava doente! Aí atenderam-no estava doente, veio removido para Curitiba, depois pegou mais um cartório aqui, mais um. E agora já é o quarto lá em Ponta Grossa. Na verdade ele é um super cartorário.

Não tenho nada pessoal contra ele.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

O senhor não está sendo justo. Vou lhe entregar a nota. Não estou aqui para defender ninguém, mas o que é justo, o que é certo, tem que ser falado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu lhe dou a cópia que ele veio removido por doença. Está aqui. Vou ler.

(Lê cópia)

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Vou entregar para o senhor uma cópia oficial. Se ele está onde está, com certeza o Poder Judiciário designou-o oficialmente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou só dizendo que lá em Ponta Grossa pegaram uma pobre de uma mulher, que era substituta, botaram para correr do cartório. E olha que eu já tive problemas com a Dona Marlou, quando era Prefeito, tive brigas pessoais com ela, por causa de problemas de exigir muita coisa do cartório para liberar o loteamento para o nosso povo. Mas mesmo assim agora eu defendi a legalidade. Queria deixar bem claro isso. E quanto ao voto vencido do Desembargador, eu nem conheço o Desembargador Celso Rotari de Macedo, ele deu esse parecer? Mas, Deputado Plauto, V. Exa. falou que em 25 de julho de 2008 que o Macedo deu esse parecer. V. Exa. está com o documento errado. Mas enfim, só lamento que o documento que o Deputado Plauto tenha lido aqui serve para atacar um Desembargador que eu não conheço.

Sei que está uma briga de poder ali, para ver quem vai ser o Presidente do Tribunal de Justiça. Não o conheço, apenas recebi um documento. Só quero dizer que não tenho nada pessoal contra ninguém, só quero esclarecer os fatos. Só lamento que V. Exa. leu um docu-

mento, aqui, do Álvaro, e ele atacou outro Desembargador do Tribunal de Justiça, que eu nem conheço. Mas atacou-o. Se ele tiver denúncia, que venha fazer aqui, mas não atacar outro Desembargador que tem eleição aqui. Quem não gostar, que não goste.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 365/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Contenda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 366/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Araucária. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 367/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Xambrê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 368/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Tapejara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 369/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Rondon. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 370/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de São Manoel do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 371/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Pérola. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 372/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Nova Olímpia. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 373/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mariluz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 374/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 375/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Janiópolis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 376/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Japurá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 377/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Iracema do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 378/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Guaporema. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 379/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Goioerê. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 380/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Formosa do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 381/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da

Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cruzeiro do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 382/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cidade Gaúcha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 383/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Cambará. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 384/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Barra do Jacaré. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 385/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município da Lapa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 386/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mandirituba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

(Lê):

“STF confirma constitucionalidade da resolução do TSE sobre fidelidade partidária.

Por nove votos a dois, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) acaba de declarar improcedentes as duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 3999 e 4086) ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Resolução nº 22610/07, do Tribunal Superior Eleitoral, que disciplina o processo de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária.

Votaram com o Relator, pela constitucionalidade da resolução, os Ministros Joaquim Barbosa (Relator), Carlos Alberto Menezes Direito, Carmen Lúcia Antunes

Rocha, Ricardo Lewandowski, Carlos Ayres Britto, Ellen Gracie, Cezar Peluso, Celso de Mello e o Presidente da Corte, Ministro Gilmar Mendes.

Divergiram do entendimento da maioria e consideraram a resolução inconstitucional os Ministros Eros Grau e Marco Aurélio.

As ações foram propostas pelo Partido Social Cristão (ADI 3999) e pela Procuradoria Geral da República (ADI 4086).”

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 401/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, com sede e foro no município de Toledo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/08, de 08/10/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/08, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Apucarana. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/08, de 16/10/08, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 434/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/08, que objetiva efetuar a doação de imóvel ao município de Umuarama. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/08, de 27/10/08, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que dispõe sobre a instalação de detectores de metais em terminais rodoviários e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que normatiza a inclusão do gênero feminino, onde couber, no uso da linguagem para cargos na administração pública. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 411/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o reconhecimento de utilidade pública estadual, a Associação de Proteção dos Animais, no Meio Ambiente e do Direito Humano, com sede e foro no município de Guaíra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Deficientes Físicos AMDF, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/08, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, que cria Frente Interparlamentar Paraná - Tucumán, estabelecendo parceria entre a Assembléia Legislativa do Paraná e a Honorable Legislatura de Tucumán (Argentina). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 180/08, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN-PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. **(Publ. no DA nº 039/08, de 29/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 180/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em análise tem como escopo normatizar a forma de comunicação, pelo DETRAN, do vencimento de validade da Carteira Nacional de Habilitação, por este órgão estadual emitido, aos titulares do documento.

Constitucionalidade e Legalidade

Cabe ressaltar, preliminarmente, o ilibado caráter constitucional da presente proposição na medida em que, tanto o aspecto da competência legislativa estadual, quanto a feição da iniciativa parlamentar para tal, são aferidas no projeto que se apresenta.

Nesse diapasão, assevere-se a incoerência de usurpação de competência em face do artigo 22, XI, da Constituição da República, tendo em vista que jamais teve o Parlamentar o desígnio de legislar acerca de transporte ou trânsito, mas sim o intento de evitar, ainda que de forma

indireta e suplementar que o condutor habilitado incorra no tipo descrito pelo artigo 162, V, do CTB: dirigir com a CNH vencida há mais de 30 dias.

Ou seja, ainda que o Código de Trânsito Brasileiro conceda essa tolerância de 30 dias para renovação da CNH, ao encontro do interesse público viria um aviso emitido pelo órgão emissor da licença, lembrando ao possuidor do documento da necessidade de sua renovação bem como o prazo limite para tal, evitando transtornos futuros.

Destaque-se, ainda, a impoluta iniciativa parlamentar na proposição em tela, pois de maneira alguma imprime novas atribuições aos órgãos da administração pública alheios ao Poder Legislativo, mas sim apenas regulamenta a forma pela qual uma entidade estadual executiva de trânsito - DETRAN - proferiria um ato administrativo o qual já lhe era de sua competência exercer (artigos 22, 23 e 24 - CTB).

No que toca ao impacto econômico-financeiro, resta claro o atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/00, visto que não gera gastos desabonadores ao orçamento próprio do órgão envolvido. Ainda, consigne-se o perfeito atendimento à LC 095/98, estando o projeto em total conformidade com a boa técnica legislativa.

Conclusão

Diante dos motivos acima aludidos, que nos fazem concluir pela absoluta constitucionalidade e irrestrita legalidade do projeto de lei em tela, somos pela sua aprovação, exarando assim parecer favorável, na forma da emenda substitutiva anexa.

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 180/08

O parágrafo único do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 180/08 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

Parágrafo Único. A comunicação que trata esse artigo, deverá ser efetuada com 60 dias de antecedência ao vencimento da CNH, via correio ou internet, informando a data limite de renovação.”

Sala das Comissões, em 14/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 180/08

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Elio Rusch o presente projeto de lei dispõe sobre a comunicação de vencimento da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) pelo DETRAN/PR.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo emenda substitutiva ao parágrafo único e parecer favorável da Comissão referida.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a manifestar-se sobre a matéria, conclui-se que a comunicação antecipada do vencimento da CNH, tem como principal objetivo reduzir o número de infrações aos motoristas, pois estes serão alertados a tempo de proceder a renovação da habilitação.

Desta forma o projeto mostra-se de relevante interesse público.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 180/08.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/11/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar a votação, item 09, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 180/08, o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, tomei a cautela, claro, como sempre faço nos projetos que são, na minha avaliação, mercedores da análise, tomei o cuidado de solicitar as diversas instâncias que podem opinar em relação a esse projeto de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que versa sobre a comunicação ao condutor. Ou seja, aquele que é possuidor de uma Carteira Nacional de Habilitação, para que o DETRAN possa expedir uma correspondência fazendo com que essa pessoa possa ser alertada do prazo de vencimento da sua carteira de motorista.

Recebi da Secretaria da Segurança Pública, em primeiro lugar, um parecer extremamente bem fundamentado do Departamento de Trânsito do Paraná. Depois a assessoria jurídica presta uma informação que, na minha avaliação, é absolutamente relevante. Eu pediria ao autor do projeto que pudesse identificar, em relação ao parecer, porque o Parecer nº 145/08 da Coordenadoria, da COJUR, do DETRAN, estabelece em primeiro lugar, que a validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental.

O fato é que o artigo 162, inciso V do Código de Trânsito Brasileiro, estabelece que: “*Somente configura infração de trânsito o condutor dirigir veículo com Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 dias*”.

Ora, Exa.! Também é necessário dizer que o próprio artigo 22, inciso XI da Constituição Federal, estabe-

lece que compete privativamente à união legislar sobre trânsito. Sabemos que o DETRAN Paraná, por conta do artigo 22 do Código de Trânsito Brasileiro, exerce por delegação do órgão federal de trânsito, o CONTRAN, as questões relativas ao trânsito. E na delegação não está prevista a tarefa que o projeto de lei pretende gerar.

Então, o projeto padece de inconstitucionalidade formal, por conta de que não temos como legislar sobre o tema. Embora tenhamos que reconhecer que até é redundante, porque quando as pessoas recebem a carteira de motorista, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa., se puxar sua carteira de motorista agora, verá que em vermelho está lá enunciada qual a data do vencimento da carteira de motorista, para alertar o condutor.

Mas, independentemente disto, a título de esclarecimento, o DETRAN Paraná, para evitar que os condutores deixem de renovar suas Carteiras Nacionais de Habilitação por simples esquecimento, por juízo de oportunidade e conveniência da Administração Pública, o órgão já vem fazendo a comunicação já há muitos anos aos motoristas, que a carteira de motorista dele vai vencer. Embora a carteira, depois de vencida, tem 30 dias de validade. Ocorre que não podemos legislar sobre o tema. E a providência requerida pelo nobre Deputado, já tem sido administrativamente tomada esta providência.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que, claro, bem intencionado o Deputado Elio Rusch dizer que isto já vem sendo feito administrativamente, por isso é que nós queremos orientar nossa bancada à rejeição do projeto, pela flagrante inconstitucionalidade da lei proposta pelo Deputado Elio Rusch.

E quero passar ao Deputado Elio Rusch, também, os pareceres referentes ao órgão executivo de trânsito, delegado pelo CONTRAN, que é o DETRAN, que certamente orientará sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Elio Rusch. V. Exa. está encaminhando a votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Deputado Romanelli, V. Exa. faz menção a um parecer da Coordenadoria de Trânsito do Estado do Paraná, a quem nós respeitamos, porque o DETRAN do Paraná tem feito e realizado um bom trabalho no nosso estado. Em momento nenhum V. Exa. consegue nos convencer da inconstitucionalidade desse projeto.

Srs. Deputados, o tema que estamos discutindo neste momento é um projeto de lei que visa determinar ao DETRAN do Paraná comunicar ao cidadão do nosso estado, possuidor de uma Carteira Nacional de habilitação, que o mesmo seja avisado, com o nosso projeto, com antecedência de 120 dias. O projeto sofreu uma emenda na CCJ, que teve o eminente Deputado Carlos Simões como Relator, ele reduziu para 60 dias que esse comuni-

cado seja feito ao possuidor da carteira de motorista, do vencimento da sua carteira.

Deputado Romanelli, olha, com todo respeito que eu devoto a V. Exa., mas em momento nenhum estamos legislando sobre o DETRAN do Paraná, sobre a forma, sobre a modalidade de confeccionar, ou a regra de auferir uma Carteira Nacional de Habilitação ao cidadão; pelo contrário Deputado Romanelli, o que estamos pedindo é que o DETRAN apenas comunique o possuidor da Carteira Nacional de Habilitação. Não estamos interferindo na legislação do trânsito, Deputado Romanelli. Acho que V. Exa., com todo respeito, ou não entendeu o parecer do DETRAN, ou V. Exa. não entendeu o nosso projeto, ou V. Exa. quer votar contra pelo fato de nós sermos Oposição. Acho que é isso que V. Exa. quer fazer.

Se o DETRAN, nobres Deputados, já está comunicando via correspondência, eu não sei, parabéns ao DETRAN, está fazendo isso por mera questão administrativa. Agora, a partir do momento que tivermos uma lei que regulamenta o DETRAN, quer seja o Governador PMDB, PSDB, PT, ele tem obrigação de comunicar ao possuidor da Carteira Nacional de Habilitação o vencimento da sua carteira com prazo de 60 dias, conforme a emenda do Deputado Carlos Simões.

Ora, Deputado Romanelli, eu vou ler um trecho apenas do parecer do eminente Relator da CCJ. Ele diz o seguinte: *“Ainda que o Código de Trânsito Brasileiro conceda essa tolerância de 30 dias, ao qual V. Exa. fez menção, para a renovação da Carteira Nacional de Habilitação, ao encontro de interesses públicos viria um aviso emitido pelo órgão emissor da licença, lembrando ao possuidor do documento da necessidade de sua renovação, bem como o prazo limite para tal, evitando transtornos futuros”*. Deputado Romanelli, quero ver esse parecer, sim. Duvido que esse parecer diga que é inconstitucional, ele não interfere absolutamente em nada. O que o nosso projeto pede é apenas que o DETRAN comunique o possuidor da carteira 60 dias antes do vencimento. Só isso que nós estamos fazendo. Não estamos alterando a legislação do DETRAN em absolutamente nada! É uma forma administrativa, Srs. Deputados.

Pergunto aos Srs. Deputados, à imprensa, ou a quem esteja me assistindo em casa neste momento, sem olhar para a sua Carteira Nacional de Habilitação, o senhor que está em casa me assistindo, o senhor sabe quando vence sua carteira? Srs. Parlamentares, os senhores sabem quando vencem suas carteiras? Alguém sabe? Muitas vezes, por descuido, o motorista é multado por falta de comunicado.

O que estamos pedindo, neste momento, é apenas que o DETRAN faça um comunicado ao portador da Carteira Nacional de Habilitação. Olha, Deputado Romanelli, com todo respeito, agora, se V. Exa. quer derrubar este projeto, devo concordar com o Deputado Jocelito: o senhor não é Romanelli, o senhor quer ser o “Reimanelli”! O senhor quer mandar no Plenário! O senhor quer dominar o Plenário com leis que não são inconstitucio-

nais! Não podemos legislar sobre matéria financeira; não podemos aumentar a despesa; não podemos diminuir a receita. Agora, Srs. Deputados, não podemos fazer uma lei, determinar ao DETRAN comunicar ao proprietário, ao portador da Carteira Nacional de Habilitação que o DETRAN comunique o vencimento da mesma?

Dizer que este projeto é inconstitucional? Não estamos legislando sobre o DETRAN. Por favor, Srs. Parlamentares, se os senhores rejeitarem este projeto, então, fechem a Casa! Não precisa mais ter Poder Legislativo. O próprio Deputado Romanelli acaba de confirmar, ele disse, não o Elio Rusch, ele disse que o DETRAN, por questão administrativa, está comunicando a todos os portadores de Carteira Nacional de Habilitação do seu vencimento. Ora, essa é uma decisão administrativa, Deputado Romanelli. Agora, se tivermos uma lei, entra Governo, sai Governo, muda o Diretor do DETRAN, aí tem lei sim, Deputado Romanelli.

Desculpem-me, Srs. Parlamentares, mas não posso aceitar a argumentação do Deputado Romanelli. Com todo o respeito que devoto a V. Exa., mas não posso aceitar não! O projeto não é inconstitucional não!

Se o senhor quer derrubar o projeto, derrube politicamente, e vá contra os possuidores da Carteira Nacional de Habilitação no estado do Paraná! Tenho certeza que quem está me ouvindo, neste momento, e os Parlamentares aqui também, da Oposição e da base do Governo, haverão de concordar com o nosso projeto. Este é um projeto, sim, de interesse da coletividade. Espero a compreensão e a aprovação dos Srs. Parlamentares, pela qual agradeço. Espero que o Deputado Romanelli ponha mão na consciência e reflita naquilo que V. Exa. falou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria que V. Exa. me desse os cinco minutos que me faltaram na discussão, que V. Exa. me deu cinco minutos, e depois, me desse cinco minutos de encaminhamento, porque eu vou ler na íntegra, agora, o parecer do DETRAN, porque o Deputado Elio Rusch acha que estou mentindo aqui nesta Casa. Eu vou ler na íntegra o parecer do DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Romanelli, estamos encaminhando a votação. Posteriormente ao encaminhamento da votação, vamos votar o projeto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente Augustinho Zucchi, o mundo caminha dia-a-dia para a modernidade, em todos os setores. Se pegarmos bem lá atrás, até pela idade que estou, quando íamos imaginar que ia ter máquina de escrever elétrica, que viria telefone celular, que viria computador?

Então, a modernidade está se espalhando por todo planeta Terra e este projeto, diria até um projeto simples, mas bem prático, tem um resultado bem objetivo para a população. Deputado Elio Rusch, parabéns!

Que mal que há? Para quem estará sendo feito mal o DETRAN comunicar para o portador de carteira de habilitação ou para portadora que a sua carteira vai vencer daqui “x” dias? Se até o banco avisa se está pendurado, que vai vencer a sua dívida! A loja do crediário avisa. E o DETRAN, que é um espelho, é um órgão público, qual é o mal, a quem estará sendo feito mal, 60 dias antes de vencer a habilitação, o cidadão receber uma cartinha carinhosa lembrando que a sua carteira de habilitação vence no dia tal? Isso se chama prestação de serviços! E essa é a obrigação de toda a autoridade pública, meu Deus do Céu! Qual é o crime? Qual é o mal? É apenas um benefício! a grande verdade é que se não formos alertados, quem é que vai ficar se lembrando do dia do vencimento da sua habilitação? Muitas vezes o motorista só vai ser alertado quando parar em uma blitz, quando estiver viajando com a sua família, sob o risco até do carro ser apreendido porque, por descuido, o motorista pode estar conduzindo um veículo e a sua carteira de habilitação já expirou o prazo de validade.

Então, acho que aqui não é problema de ser a favor de Governo, de ser contra o Governo, mas ser a favor do povo, a favor da modernidade, porque não há nenhum mal nesse projeto, apenas benefícios para todos nós. E eu até confesso que um dia eu só soube que a minha carteira estava para vencer porque eu fui parado em uma blitz perto de Imbaú e o guarda me alertou: “faltam tantos dias para expirar a validade da sua carteira”.

Então, esta Casa, e acho que é uma pequena, é uma modesta contribuição que pode até ser gigante, porque imagine alguém sair do Paraná, vai para a Bahia, vai para o Ceará, vai para o nordeste, ou vai para outro canto do Brasil, está com a esposa, está com os filhos dentro do carro. O carro é parado em uma blitz e está sujeita a família toda deixar o carro ali apreendido e ter que voltar de ônibus para casa ou ter que seguir de ônibus para o seu destino. Esse é um ponto que temos que levar em conta, porque há esse risco da família sofrer esse constrangimento de ter o seu veículo apreendido por ter expirado o prazo de validade da sua Carteira de Habilitação.

Então, esse projeto terminando, ele quer apenas que o DETRAN, com 60 dias de antecedência, comunique, não estará fazendo nenhuma caridade, nada de especial, é apenas o zeloso cumprimento do dever de quem está no comando de um órgão tão importante para a vida daqueles que conduzem veículos automotores.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar a palavra ao Deputado Jocelito Canto, para o encaminhamento, solicito às assessorias que avisem os Srs. Parlamentares porque vamos votar através do painel eletrônico.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Durval Amaral, V. Exa., nosso guru da CCJ, V. Exa. reconhece essa assinatura aqui? É a sua. Perfeito, o Deputado Durval Amaral está confirmando que a assinatura é dele. Então, não temos o que discutir de constitucionalidade, está aqui mais uma vez a assinatura do Presidente da Comissão, que foi votado pela maioria da CCJ não há o que discutir em constitucionalidade. Vamos mais uma vez respeitar a experiência e os cabelos brancos do nosso eminente Presidente da CCJ, Deputado Durval Amaral. Vamos respeitá-lo, afinal há um parecer assinado por um dos mais entendidos homens, tanto é que é o Presidente da nossa CCJ, orgulho desta Casa.

Então, Deputado Romanelli, V. Exa. tem que para de discutir contra a CCJ, V. Exas. faz parte da CCJ V. Exa. vai lá no dia da votação, tem que derrubar isso lá. Quando vem para cá já é definido pela CCJ que é legal.

Eu tenho uma memória fantástica. Guardo todos os documento. Gravo tudo.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Deputado Jocelito, Exa. é muito hábil, mas se atenha ao projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero mais uma vez manifestar o meu apoio ao Deputado Elio Rusch, porque não sou advogado. Mas respeito um dos maiores advogados desta Casa, que é o nosso Presidente da CCJ. Quando ele põe a assinatura aqui e o Sr. Mário pisca para mim lá de cima, não tenho dúvida nenhuma, que tenho que votar a favor, porque é a palavra de um homem experiente, que a vida lhe deu tudo que tem, pelo seu trabalho.

Romanelli, com todo o respeito, não dá para comparar. V. Exa. tem que respeitar os cabelos brancos do nosso querido Durval Amaral. Por isso, voto favorável com o nosso querido Elio Rusch e voto, principalmente, por esse “canetaço”, nessa assinatura maravilhosa desse grande jurista do Paraná, Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Para esclarecer, Deputado Jocelito, que o Dr. Mário, nosso assessor da Mesa, não é rábula, ele é advogado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, Sr. Presidente. Ontem, refiz aqui o equívoco, pedindo desculpas ao Dr. Mário.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, requerer chamada nominal.

Dizer, Deputado Durval Amaral, eu disse na CCJ que esse projeto era inconstitucional. A questão de ordem

amparada no nosso Regimento, é que o Deputado Elio Rusch pediu para discutir, quando na verdade já tínhamos encaminhado. Mas por liberdade, V. Exa. concedeu-lhe o tempo para discutir. Não vou ficar polemizando com V. Exa. em respeito às decisões da Mesa. Apenas dizer que temos um parecer jurídico, aqui, feito pelo DETRAN, pela inconstitucionalidade. Orientar a nossa Bancada a rejeitar o projeto.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

V. Exa. já encaminhou.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas V. Exa. tem pesos distintos, aqui.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Deputado Romanelli, vou proceder à votação. Dei um minutinho ao Deputado Elio Rusch, além dos cinco que ele encaminhou.

Vou solicitar que se proceda a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Jonas Guimarães)**
(Procede a chamada nominal)

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, existe um projeto de lei de minha autoria já aprovado por esta Casa, sancionado pelo Governador Requião, aonde o DETRAN precisa avisar com 30 dias de antecedência ao motorista, quando do vencimento da sua Carteira Nacional de Habilitação.

Portanto, para mudar o nosso projeto de lei, talvez apenas o Deputado Elio Rusch teria que alterar a lei da qual fui autor e o Governador Requião sancionou. De forma que o melhor encaminhamento que eu queria fazer, Sr. Presidente, seria o fato de tirar o projeto da pauta, para que a assessoria da Mesa checasse a informação que estou passando.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Diante da colocação do eminente Deputado Nereu Moura, não posso legislar e não podemos aprovar uma lei caso ela já exista. O Deputado Nereu Moura já deixou claro, que já existe uma lei sancionada pelo Governador Roberto Requião.

Agora, só quero deixar claro uma coisa para a Casa e principalmente para o Líder do Governo: Deputado Romanelli, V. Exa. que defendeu com tanta veemência a inconstitucionalidade do meu projeto e agora o Deputado Nereu Moura chega no plenário, diz que ele apresentou um projeto, o Governador Roberto Requião diz que já tem sancionado esse projeto, já é lei, então pergunto: agora fica claro, fica evidente para o Paraná inteiro que esse seu parecer é político e não é técnico.

Por essa razão,...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Peço ao Deputado Elio Rusch que V. Exa. tem que concordar ou não.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Estou lhe dizendo porque estou concordando com a retirada. Mas, não posso concordar com a retirada sem dar a justificativa. Ora, o Deputado Nereu Moura vem aqui no plenário, diz que ele apresentou o projeto e foi sancionado pelo Governador Roberto Requião. Então, já é lei. Não podemos aprovar outra lei. Retiro esse projeto por três Sessões e caso tenha a lei, que seja retirado definitivamente.

Agora, se não tiver a lei, que esse projeto retorne na segunda-feira na pauta.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 3205, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 180/08. **Aprovado.**

Está retirado o projeto a pedido do autor, em concordância a questão de ordem do Deputado Nereu Moura.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Excelência, quero dizer o seguinte: o Deputado Elio Rusch, lamentavelmente, até entendo por conta de ele ser o autor do projeto de lei, embora eu com a lealdade que me impõe esse Parlamento, antes de poder encaminhar da ordem do dia, comuniquei ao Parlamentar que os pareceres que eu tinha em mãos, eram contrários à constitucionalidade do projeto por ser competência privativa da união, legislar sobre trânsito, conforme dispõe o artigo 22 da Constituição.

Excelência, o fato concreto é que os motoristas do Paraná já recebem em casa a correspondência, comunicando que vencerá a carteira deles. E se o Governador sancionou lei do mesmo teor, entendo que o Governador Requião, ao contrário de alguns aqui desta Casa, ele é falível, comete também equívocos. Se sancionou a lei, a lei não é correta. O fato concreto é que não pode legislar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 180/08.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/08, de autoria dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Teruo Kato, que dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável de reserva legal no estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA

CCJ. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto busca trazer disposições sobre o uso da reserva legal, chamado de manejo sustentável. No parecer inicial foi opinado pela devolução do projeto aos autores, para que fossem esclarecidos certos pontos atinentes aos preceitos legais e constitucionais.

Efetivada a providência, foi apresentado pelos autores emenda substitutiva geral que ora se passa a analisar.

Com o fito de fixar padrão de análise importante que se destaque desde logo o objeto tanto do projeto de lei quanto da emenda substitutiva. O objeto remete à assunto ambiental, em termos gerais. Mais especificamente, versa sobre a recuperação e o manejo sustentável das áreas de reserva legal no estado do Paraná. Em poucas palavras: o projeto busca traçar diretrizes para que políticas públicas possam ser elaboradas pelo Poder Executivo, como se depreende dos artigos 4º, 5º e 7º. De modo que, é de se concluir que o projeto não traz regra obrigatória, mas apenas regras gerais para a consecução de políticas estaduais.

Da legitimidade

Ante a fixação do objeto, colacionam-se os artigos pelos quais o sistema jurídico define a legitimidade:

Art. 23. É competência comum da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

Some-se a tanto o artigo 24:

Art. 24. Compete a união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

Pois bem, a partir disso e sabendo que o artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná dispõe que cabe a esta Casa de Leis legislar sobre tema de competência concorrente ou comum, conclui-se pela legitimidade.

Do objeto material

Como já se noticiou, a emenda trata de áreas de reserva legal no Paraná. Assim, útil que se contorne o conceito de reserva legal, através de definição legal, contida no Código Florestal:

Art. 1º...

§ 2º Para os efeitos deste Código, entende-se por:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preser-

vação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

Prosseguindo, passa-se a discussão do caráter do manejo sustentável ambiental. Consoante artigo do Código Florestal, tem-se que:

Art. 16. As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

§ 2º A vegetação da reserva legal não pode ser suprimida, podendo apenas ser utilizada sob regime de manejo florestal sustentável, de acordo com princípios e critérios técnicos e científicos estabelecidos no regulamento, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 3º deste artigo, sem prejuízo das demais legislações específicas.

Visto por esse diapasão, convém salientar que o projeto de lei não conflitua, em qualquer passagem, com o disposto na lei de tope federal. Não é demais lembrar que o projeto é eminentemente indicativo, não carreado obrigatoriamente alguma.

Em contorno geral, todas as diretrizes não desrespeitam as regras da lei federal, qual seja, Código Florestal, modificado inclusive pela Medida Provisória nº 2166/01. Outrossim, não há agressão ao texto da Lei nº 11428/06.

A única passagem que poderia render controvérsia é o artigo 4º, por arrolar critérios para fixação de políticas estaduais na área ambiental. Entretanto, uma vez mais alega-se que são apenas rumos, direções amplas e serem tomadas e mais, são parâmetros que respeitam toda a legislação em vigor no Brasil, inclusive o Código Florestal, em diversos artigos.

Conclusão

Por todo o exposto, somos pela aprovação da emenda substitutiva geral ao Projeto de Lei nº 201/08.

Sala das Comissões, em 28/10/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 201/08

Art. 1º Dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável das áreas de reserva legal no estado do Paraná, instituindo a Reserva Legal Sustentável - RLS.

§ 1º O presente dispositivo legal visa estabelecer as diretrizes para o pleno cumprimento da Lei Federal nº 4771, de 15/09/65, com redação dada pela Medida Provisória nº 2166 de 24/08/01, em seu artigo 16, parágrafos 2º e 3º, que institui o manejo sustentável das áreas de reserva legal no território do estado do Paraná.

§ 2º As regras previstas na presente lei pretendem garantir aos proprietários e aos possuidores rurais o manejo sustentável das áreas de reserva legal, em regime de condomínio ou não, as quais deverão obrigatoriamente estar averbadas conforme normas do SISLEG - Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente.

§ 3º Quando comprovado ganho ambiental a localização da reserva legal já averbada, poderá sofrer alterações. As alterações propostas deverão ser apresentadas em projeto técnico junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que emitirá autorização para as alterações.

Art. 2º O manejo sustentável deve permitir o uso da propriedade em consonância com os princípios de sustentabilidade, os quais permitem sua utilização econômica sem, no entanto, deixar de respeitar os parâmetros técnicos e científicos capazes de preservar e de conservar o meio ambiente, permitindo a manutenção e a reabilitação de processos ecológicos.

Art. 3º É vedado o corte raso nas áreas de reserva legal bem como a utilização de espécies exóticas invasoras (estabelecidas pela lista oficial do estado do Paraná) nestas áreas.

§ 1º Devem ser respeitadas todas as demais restrições previstas na Lei Federal nº 11428, de 22/12/06, notadamente no que tange à vedação da utilização de remanescentes florestais da mata atlântica.

§ 2º Entende-se por remanescentes florestais da mata atlântica as áreas em estágio médio e avançado de recuperação antes da promulgação da Lei Federal nº 11428, de 22/12/06.

§ 3º Nas propriedades rurais em que as áreas de reserva legal estejam cobertas com florestas nativas, em estágio avançado de preservação, resta proibido o consórcio com espécies vegetais exóticas, ficando permitidas apenas as atividades previstas no artigo 4º da presente lei.

Art. 4º O estado do Paraná poderá estabelecer políticas para a compensação e a criação de condomínios para a constituição da reserva legal levando-se em consideração os seguintes critérios:

I - estabelecer os critérios técnicos para a compensação em áreas fora da mesma microbacia hidrográfica, conforme disposto no artigo 44, inciso III, parágrafos 4º e 5º do Código Florestal;

II - considerar a criação e a recuperação dos corredores de biodiversidade;

III - que as áreas a compensar e as para constituição de condomínios de reserva legal estejam contíguas a outras áreas de APP, parques ecológicos ou reservas florestais;

IV - permitir a compensação da reserva legal, pelos pequenos proprietários rurais, assim compreendidos de acordo com o INCRA - Instituto Nacional de Coloniza-

ção e Reforma Agrária, em áreas na mesma bacia hidrográfica;

V - a compensação da reserva legal poderá ser efetuada em áreas degradadas, a recuperar, mediante projeto técnico aprovado pelo IAP.

Art. 5º A regulamentação por parte do IAP deverá abranger a utilização de espécies nativas e exóticas, desde que não invasoras e, no mínimo, as seguintes atividades de manejo sustentável:

§ 1º Em áreas de reserva legal já devidamente preservadas:

I - plantas medicinais com propriedades terapêuticas comprovadas;

II - alimentos vegetais silvestres mais explorados no Paraná, como o pinhão;

III - materiais silvestres mais utilizados em artesanatos;

IV - espécies produtoras de óleos, resinas e gomas;

V - coletas de sementes nativas;

VI - apicultura;

VII - sistemas agroflorestais, como a erva-mate;

VIII - turismo rural ou ecoturismo;

IX - utilização de material lenhoso de árvores mortas unicamente para fins artesanais - observando-se as autorizações específicas dos órgãos ambientais;

X - corte seletivo de árvores, mediante projeto técnico aprovado no IAP.

§ 2º Em propriedades que não possuem áreas preservadas para fins de reserva legal, os proprietários ou os possuidores poderão constituí-las com espécies pioneiras com potencial calorífico, como a bracatinga; com a utilização de espécies exóticas, desde que não invasoras, consorciadas ou intercaladas com espécies nativas, por até um ciclo econômico, além das formas previstas nos incisos do parágrafo anterior. A forma como o cultivo intercalar ou consorciado será efetivado poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 6º No intuito de subsidiar futuras ações de manejo sustentável nas áreas de reserva legal, os proprietários e possuidores rurais deverão ser estimulados a conhecer os recursos florestais existentes em sua fitorregião florestal, por intermédio de inventário da comunidade vegetal e de educação ambiental.

Parágrafo Único. Os órgãos públicos estaduais competentes deverão cumprir o *caput* deste artigo, quando da efetivação das suas atividades de fomento e apoio técnico.

Art. 7º O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá estabelecer políticas públicas para que os produtos oriundos da reserva legal sustentável tenham valor agregado e alcancem os melhores retornos econômicos possíveis, viabilizando a manutenção destes sistemas racionais de produção.

Parágrafo Único. O Poder Executivo providenciará a criação de um selo identificando os produtos de que trata o *caput*; elaborará campanhas publicitárias; e fará uso de outros meios como feiras, concursos e cessão de espaços públicos para a plena execução do presente artigo.

Art. 8º Nas pequenas propriedades rurais, assim compreendidas de acordo com o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para o cumprimento da manutenção ou da compensação da área de reserva legal poderão ser computados os plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais compostos por espécies exóticas, desde que não sejam exóticas invasoras, em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas.

Art. 9º O Poder Executivo terá 120 (cento e vinte) dias para dispor acerca dos critérios técnicos e científicos que irão regulamentar a presente lei.

§ 1º Para a execução do disposto no *caput* do presente artigo poderão participar, por conta de sua notória qualificação técnica, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER e o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, bem como deverá ser ouvido o grupo constituído pela Resolução conjunta nº 003/08 - SEAB/SEMA de 16/01/08.

§ 2º O estado poderá promover convênios com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em especial a EMBRAPA - Florestas, e com as Instituições de Ensino Superior Federal e Estadual para a regulamentação e o cumprimento da presente lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

TERUO KATO - Relator

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva geral supre erro de grafia existente no parágrafo 3º do artigo 3º, restando assim delimitadas, no artigo 4º do presente projeto de lei, as atividades permitidas nas propriedades rurais em que as áreas de reserva legal estejam cobertas com florestas nativas em estágio avançado de preservação.

A substituição da expressão “deverá” pela expressão “poderá” no *caput* do artigo 4º; no parágrafo 2º do artigo 5º; no *caput* do artigo 7º; bem como no parágrafo 1º do artigo 9º do Projeto de Lei nº 201/08, a nosso ver, dará ao estado a opção de estabelecer ou não políticas relacionadas ao manejo sustentável da reserva legal no estado do Paraná, conforme suas prioridades, sanando qualquer possível dúvida quanto a não criação de obriga-

ções ao Poder Executivo com a efetivação do presente projeto de lei.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 201/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável da reserva legal no estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05/10/08.

(aa) CLEITON KIELSE - Presidente em exercício
ELTON WELTER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3204, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Apenas para encaminhar o requerimento e comunicar a Casa o seguinte: em respeito até a ausência do Deputado Teruo Kato que teve que se ausentar da Sessão, mas é que por um entendimento, até porque o Deputado Teruo Kato propõe um tema absolutamente relevante, a discussão é uma discussão técnica que envolve a questão das reservas legais nas propriedades do estado do Paraná, há uma discussão sendo feita com a Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná, com a Secretaria da Agricultura de se trabalhar numa legislação que possa de fato, resolver de forma definitiva esse tema.

Essa lei do Deputado Teruo Kato é extremamente importante. Já há uma lei também tratando desta matéria, talvez até tenha que ser feita uma emenda, um projeto de lei alterando a lei atual, mas é um tema que está sendo discutido. Inclusive ontem tivemos na Liderança do Governo uma reunião, com a presença do Deputado Teruo Kato, do Deputado Elton Welter e de diversos técnicos que participaram desse debate.

Então, é em comum acordo com o autor, Deputado Teruo Kato, que apresentei este requerimento no sentido de que, possamos de fato ter uma solução que seja inovadora e resolvedora, de um tema que tem afligido muitos dos agricultores do nosso estado, e essa lei do Deputado Teruo Kato é uma lei extremamente importante que poderá resolver uma situação de conflito que temos até pelas decisões que o Ministro do Meio Ambiente tomou recentemente sobre este tema.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Questão de Ordem**)

O Deputado Romanelli citou que o requerimento é de comum acordo com o Deputado Teruo e Deputado Cheida.

Consta a assinatura de ambos?

(**Sr. Presidente responde que não consta a assinatura de ambos**)

Bem, eu gostaria de encaminhar contrariamente a retirada por 10 Sessões.

Quero encaminhar contrariamente, até porque houve um debate durante uma Sessão da Comissão de Constituição e Justiça, durante toda a realização da Comissão. O Líder do Governo já se empenhou e esta questão da reserva legal, o Deputado Teruo e o Deputado Cheida estão modernizando, trazendo a regulamentação do Código Florestal para adaptar aqui à legislação do Paraná, permitindo o uso da reserva legal. Se V. Exa. fala que fez o debate, uso da reserva legal de uma maneira sustentável para que o produtor tenha uma fonte de renda ali também, para que ele possa averbar a reserva legal em continuidade as reservas permanentes, para que possa existir o condomínio de reservas e eu não vejo por que retirar por 10 Sessões.

Vamos aprovar a constitucionalidade. Se for necessário a Comissão de Meio Ambiente chama para um debate. Para que postergar? Já queriam postergar na CCJ, ganhamos por 11 votos a um. O único voto contrário foi do Deputado Romanelli. Naquele momento ele também colocou um requerimento para adiar a votação. Foi derrubado o requerimento para adiar a votação. Para que adiar uma questão que hoje está preocupando tanto os produtores do Paraná? É algo que eu peço aqui o voto para que não aprovemos o requerimento adiando, não só para os Deputados do PMDB, do PT, mas aqueles Deputados que têm uma preocupação com essa celeuma que hoje os agricultores principalmente os pequenos agricultores do Paraná estão vivendo.

Então, vamos votar a constitucionalidade e na hora de discutirmos o mérito, aí sim vamos chamar uma Audiência Pública com os produtores, com a Federação de Agricultura do Paraná para vermos se precisa aprimorar esse projeto.

Então, peço para derrubarmos o pedido de adiamento da votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas faço uma solicitação, o Deputado Reni, eu também na CCJ votei favorável ao projeto, mas solicitei aqui ao Deputado Romanelli que adiássemos por 10 Sessões, acontece que por 10 Sessões, se for aprovado, nós vamos cair em meados de dezembro.

Eu solicitaria ao Líder do Governo que se for para adiar que possamos adiar por cinco Sessões, porque o

IAP, eu sei que o IAP está aqui, está conversando, cinco Sessões é possível que façamos dentro de duas semanas, e obviamente que dá para conversar. Agora, por 10 Sessões, na verdade, por 10 Sessões vamos jogar isso para depois do recesso, para o ano que vem.

Então, eu acho que se for para votar eu preferiria que pudesse ser adiado porque, acho que de comum acordo é muito mais fácil fazer as coisas, até para que o Governo não vete. Agora, se não tiver jeito de adiar por cinco Sessões, que eu acho razoável, então infelizmente acho que temos que votar hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, uma questão de ordem para esclarecer o tema, quero explicar porque este requerimento está sendo encaminhado: primeiro, que o Deputado Teruo Kato me disse hoje que não foi ele que pediu para incluir na Ordem do Dia. Esse é o primeiro tema. O Deputado Teruo não está aqui, mas foi exatamente o que ele me disse, é o meu colega de Bancada e comunico a quem quiser escutar o que ele me disse.

Segundo: por que ele disse isso para mim? Porque ontem o Deputado Milton Pupio, da Bancada do PSDB, me procurou dizendo que o Presidente do IAP, Vitor Hugo Burko, tem uma proposta inovadora em relação a solução da reserva legal, que é criar os corredores de biodiversidade, os condomínios florestais, preservar ainda aquilo que nós temos de fato de florestas nativas nesse estado. O Vitor Hugo Burko veio aqui na Liderança do Governo ontem, veio o Deputado Elton Welter com um técnico mandado pela Secretaria da Agricultura e mais técnicos presentes, chamei o Deputado Teruo Kato, fizemos uma bela discussão técnica sobre o tema, consensuamos que é um tema que merece uma solução.

Aí, Presidente, o que ocorre na prática? O Deputado Reni Pereira não quer escutar porque isso aqui não é queda-de-braço, resolver um tema tão importante como esse, quem quiser eu tenho no meu gabinete como é a proposta a ser discutida, como o Paraná vai ficar daqui a 150 anos de reflorestar o estado com uma proposta inovadora. Isso não é uma queda-de-braço entre Governo e Oposição, um tema dessa relevância!

Apresentei o requerimento em acordo com o meu companheiro de Bancada do PMDB, mantendo o requerimento, vamos votar. Até a questão da constitucionalidade é absolutamente discutível e mais, ontem ainda identificamos eu essa Casa, Presidente Durval Amaral, V. Exa. como Presidente da CCJ entendo que precisamos nos aprofundar mesmo em alguns temas. Ontem foi constatado que temos uma lei que já regulamenta esse tema, mas, para ter eficácia temos que fazer uma alteração nela que já está em vigor e não criar uma nova. Entendo, que muitas vezes estamos atropelando o processo legislativo sem uma melhor observação do ordenamento jurídico

que temos no Paraná. Essa lei padece, e ontem identificamos isso nessa Casa aqui, a diretoria legislativa tem que estar mais atenta em relação aos projetos de lei antes que eles possam tramitar com vícios que são absolutamente insanáveis como é o caso.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Até para que não paire dúvida, só para esclarecer, a oportunidade de colocar emenda, substitutivo geral é na 2ª discussão, ninguém aqui é contra adiar por 10, por 20, por 50 Sessões até porque ele tem maioria de votos. Agora, estamos votando a constitucionalidade, e oportunidade para fazer o debate para colocar o projeto do Vitor Hugo, para o substitutivo geral adequando uma lei já existente é na 2ª discussão.

Por que travar uma batalha por algo desnecessário, vota-se a constitucionalidade hoje e adia por 10 Sessões para dar tempo de aplicar as outras emendas.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Pela Ordem**)

Como os dois autores não estão presentes, o debate é importante como o Deputado falou e entendi a preocupação. Há uma alternativa de trazermos de novo esse projeto na segunda-feira, dos demais Deputados, vão estar aqui o Cheida, o Teruo e nós daí decidimos segunda.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Embora respeite a sua questão de ordem, mas estamos discutindo um requerimento que está aqui na mesa e é o adiamento por 10 Sessões. Em votação o requerimento. Há quórum.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não vou proceder a chamada nominal. É um direito, mas é deferência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É um direito sob risco de invalidar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. requer a chamada nominal e o Presidente defere ou não a chamada nominal. Vai se proceder a votação. Até quebrei a norma protocolar convocando os Deputados que estejam em seus gabinetes para votar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

V. Exa. há de registrar os votos no painel.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai ser registrado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quero manifestar o meu protesto, V. Exa. tinha que fazer a chamada nominal, o Regimento prevê.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exas. me perdoem. Estávamos procedendo a chamada, fui interrompido para ver a retirada do projeto. Estamos discutindo a retirada do projeto. Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento, vamos para a votação. Os que forem favoráveis ao requerimento, portanto a retirada do projeto votarão SIM, os que forem contrários votarão com a expressão NÃO.

Treze SIM. Quinze NÃO. Está **rejeitado** o requerimento.

Está em votação o projeto.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Para Encaminhar)

Às vezes acho que temos discussões desnecessárias. Sou favorável ao projeto do Deputado Cheida que é da nossa Bancada. Acho que não deve haver intransigência. Há uma concordância. Eu iria votar pela retirada, porque o Líder falou para votar não. Escutei e votei não. Acho que todos nós por unanimidade votemos favoravelmente ao projeto.

Na segunda-feira o Deputado Eduardo Cheida vai estar, aqui, o Deputado Teruo Kato entramos com um pedido de retirada de algumas Sessões de consenso, vamos trabalhar a favor do Paraná. Solicito a Bancada do PT que vote favoravelmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar pela inconstitucionalidade do projeto. O projeto na verdade, tem uma chance de se tornar constitucional, se ele for de fato transformado num projeto que altera uma lei atualmente em vigor em nosso estado. Da forma como o projeto está formulado, ele na verdade vai legislar sobre aquilo que já está legislado. O fato concreto é o seguinte: lamento que as discussões e os temas tem sido, acabamos por conta dessas quebras-de-braço desnecessárias atropelando o processo legislativo e, criando na verdade não uma solução para os problemas. Infelizmente, aquilo que era prudente de se fazer, que era a retirada do projeto, por conta de que o autor, que estava aqui me solicitou, dizendo de forma clara e objetiva, mas tenho que reconhecer que as nossas Bancadas, aqui, lamentavelmente não estão seguindo as orientações da Liderança. Reconheço isso. Acho que é motivo de se fazer uma reflexão e uma análise sobre isso.

Entendo, que esta é uma questão complexa, o Parlamento tem injunções, mas tenho que reconhecer que quando, por exemplo, um Deputado como o Elton Welter, que integra a Bancada do PT, que promoveu este processo de discussão, que participou, que viu o que nós acordamos na reunião de ontem, ele votou sim, mas se manteve silente. Poderia ter explicado, inclusive.

Não tenho aqui, a presença do Deputado Teruo Kato, do Deputado Miltinho Pupio, que provocou a discussão deste processo todo, eu relato o que aconteceu e a

Casa, lamentavelmente, única e exclusivamente por uma queda-de-braço, embora eu tenha que reconhecer que alguns Parlamentares, como o Deputado Douglas Fabricio, votou justamente no sentido de encontrar uma solução para o tema, outros Parlamentares na verdade, demonstram grande intolerância. Provavelmente não conseguem mais escutar minha voz neste plenário.

Quero dizer, então, Sr. Presidente, que se a minha Bancada não consegue me ouvir, se minha Bancada não segue, porque, porque nesta semana é a segunda votação que estamos perdendo. É a segunda votação. O fato concreto é o seguinte: não estou aqui para poder, de fato, liderar aqueles companheiros que não querem seguir aquilo que estamos fazendo, eu nunca fiz aqui nenhuma formulação que não fosse muito objetiva e que fosse política. Na verdade, eu sempre fundamentei de forma técnica e explicando o porquê, com todos os argumentos que eu possa dispor. Muitas vezes, talvez, até não por capacidade de argumentação que eu gostaria de ter. Mas, sempre o fiz de forma franca, generosa e intensa. Se meus companheiros não concordam com isso, lamento profundamente. Agora, quero manter minha coerência, encaminhar pela rejeição da matéria, porque da forma como ela está, ela é inconstitucional.

Quero pedir aos companheiros que integram nossa base e também aos outros Parlamentares que compreendem a importância do tema, que sigam a nossa orientação, votando não, pelo projeto. É esta a orientação que dou aos companheiros e que naturalmente, com seu livre arbítrio, pode fazer o juízo de valor sobre o tema e votar da forma que prefere.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vou encaminhar favorável à matéria. Queria o adiamento da votação. Com relação ao mérito, me coloquei inclusive à disposição, ontem, quando discutimos esta matéria, do Deputado Teruo Kato e do Deputado Luiz Eduardo Cheida. E já tem uma outra lei, que virou lei, que foi sancionada por esta Casa, de autoria do Deputado Hermas Brandão e do Deputado Miltinho Pupio, eu também fui co-autor desta lei e que se assemelha a esta lei. E esta também é semelhante.

Vou votar favorável, porque concordo com esta lei. Quero que ela tramite, mas se discuta amplamente com a alegação de que já existe no estado. Inclusive, coloquei ontem na reunião, lá na Liderança do Governo. E Deputado Luiz Claudio Romanelli, sinto muito, mas eu não aceito “puxão de orelha” se eu não debati a temática, aqui.

Queria debater em Audiência Pública, como buscar solução para a reserva legal. Não tenho problema nenhum em votar favorável, até porque defendendo esta tese

de achar uma forma de compensação da reserva legal, que é um conflito que existe, hoje, por causa de um decreto federal que está em vigor, que foi adiado por um tempo, e nós vamos votar favorável e depois se discute o mérito, amplamente. Juntam-se as disciplinas que já existem pata que possamos, de fato, ter uma legislação que possa corrigir a questão da reserva legal, com o tempo, de forma justa para nossos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação. Percebo que não há quórum. Solicito chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Jonas Guimarães**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a votação. Dezoito votos SIM, quatro NÃO.

Não há quórum para deliberação.

Está encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, foi feita a chamada nominal e tinha 29. Se abstiveram da votação, então?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É que o painel confere. Fazemos a chamada nominal até para que os Deputados possam se fazer presente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Porque se abstiveram e o projeto foi aprovado. Tinha 29, daí não votaram, é abstenção.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não podemos intimidar os Deputados para votar. Dezoito votaram SIM, quatro NÃO e nenhuma abstenção, Deputado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Mesmo assim, quero deixar registrado a minha questão de ordem. Se tinha 29 Deputados quando fizemos a chamada nominal, reiniciou o processo, foram 23 Deputados que votaram.

Então, os outros se abstiveram.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A chamada nominal obviamente é para que os Deputados também compareçam ao plenário.

Veja bem, se na votação nós não tivemos os 29 votos, não podemos prosseguir a votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, antes, no painel constava o quórum antes da atualização. Essa é a conclusão: não havia 29 Parlamentares.

Então, essa é a dúvida do Deputado Marcelo Rangel.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente, mas quando da votação aí se atualiza o painel.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para esclarecer: só vai acabar no dia em que V. Exa. determinar que toda vez que tiver uma votação, zerar o painel.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Quero parabenizar V. Exa., e dizer ao Deputado Marcelo Rangel que esses 29 votos que estavam registrados presentes foram referentes ao requerimento que votamos, da retirada e não da votação. Foi feita uma chamada nominal, só para deixar claro essa posição.

Que o Deputado Marcelo Rangel fique tranquilo, porque os 29 votos que estavam registrados no painel eram referentes ao requerimento do Deputado Romanelli que pediu a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem razão, agradeço a intervenção de V. Exa. para elucidação dessa questão.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 381, 420/08 e do Projeto de Resolução nº 021/08.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 183, 200, 360 e 408/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/08.

Levanta-se a Sessão.

